

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Kelly Cristiane Vieira da Silva

**MERCOSUL: uma estratégia para as relações internacionais do Brasil**

BRASÍLIA – DF  
2004

Kelly Cristiane Vieira da Silva

## **Mercosul: uma estratégia para as relações internacionais do Brasil**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. Marcelo Valle Gonçalves

Brasília – DF  
2004

Kelly Cristiane Vieira da Silva

## **Mercosul: uma estratégia para as relações internacionais do Brasil**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. Marcelo Valle Gonçalves

**Data de aprovação:**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Banca examinadora:**

---

Prof. Marcelo Valle Gonçalves (orientador)

---

Prof. Cláudio Ferreira da Silva

---

Prof. Meireluce Fernandes

À minha mãe,  
Por ter me proporcionado a oportunidade de estudar, apoiado  
minhas decisões, sempre me dando força para seguir em frente, e  
me ensinado a importância de ter fé, garra e responsabilidade  
para atingir meus objetivos.

Agradecimentos,

Agradeço a Deus por mais esta conquista em minha vida,

Ao professor Marcelo Valle Gonçalves por ter me orientado na realização deste trabalho,

Aos meus pais por terem acreditado em mim,

À minha irmã e ao meu namorado que me ajudaram e torceram pelo meu sucesso.

## SUMÁRIO

<b>Lista de siglas</b>	viii
<b>Resumo</b>	ix
<b>Abstract</b>	x

<b>Introdução</b>	11
-------------------	----

### **Capítulo 1 – Comércio Internacional**

1. 1- Conceito e importância do comércio internacional	13
1.2 - Histórico	14
1.2.1- O Comércio na Antiguidade	15
1.2.2- O Comércio no Período Medieval	16
1.2.3- O Comércio no Período Moderno	17
1.2.4- O Comércio no Período Contemporâneo	19
1.3 - Teorias do Comércio Internacional	20
1.3.1- Mercantilismo	20
1.3.2- Teoria das Vantagens Absolutas	23
1.3.3- Teoria das Vantagens Teoria das Vantagens Comparativas	25

### **Capítulo 2 – Globalização e Integração Regional**

2.1 -O Processo de Globalização	28
2.2- Organismos Internacionais Globalizantes	30
2.2.1-ONU	30
2.2.2- Bird	32
2.2.3- FMI	33
2.2.4- OMC	35
2.3 - O Processo de Integração Regional	36
2.4 - Formas de Integração	38
2.4.1- Zona de Preferência Tarifária	38
2.4.2- Zona de Livre Comércio	39
2.4.3- União Aduaneira	39
2.4.4- Mercado Comum	40

2.4.5- União Econômica e Monetária -----	41
2.5- Blocos Econômicos -----	42
2.5.1- União Européia -----	42
2.5.2- NAFTA -----	44
2.5.3- Mercosul -----	45
<b>Capítulo 3 - Mercosul</b>	
3.1- Mercosul: antecedentes históricos -----	47
3.2- Mercosul: efeitos, perspectivas e tendências -----	49
<b>Conclusão -----</b>	<b>65</b>
<b>Referências bibliográficas-----</b>	<b>68</b>

## LISTA DE SIGLAS

ADPIC – Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio  
A&F \_ Aquisição e fusão  
AGCS – Acordo Geral de Comércio em Serviços  
ALADI – Associação Latino Americana de Desenvolvimento Integrado  
ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio  
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas  
AoA – Acordo sobre Agricultura  
ASEAN – Association of Southeast Asian Nations  
Bird – Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento ou Banco Mundial  
CAN – Comunidade Andina  
Caricom – Comunidade dos Países do Caribe/ Caribbean Community and Common Market  
CEE – Comunidade Econômica Européia  
CEI – Comunidade dos Estados Independentes  
DES – Direito Especial de Saques  
EFTA – Associação Européia de Livre Comércio  
EUA – Estados Unidos da América  
EU – União Européia  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
GATS – General Agreement on Trade in Services  
GATT – General Agreement on Trade and Tarifs  
IDE – Investimento Direto Externo  
Mercosul – Mercado Comum do Sul  
NAFTA - North American Free Trade Agreement  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PIB – Produto Interno Bruto  
SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral  
TEC – Tarifa Externa Comum  
TRIPS – Trade Related Intellectual Property Rights  
UEM – União Econômica e Monetária



## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar que a inserção regional na economia globalizada vem sendo uma estratégia favorável para as relações internacionais do Brasil, restringindo-se para tanto, ao caso do Mercosul. As metodologias utilizadas foram as do tipo dedutiva e descritivo-analítica, sendo que os dados foram coletados por meio de leitura e análise de diversas referências bibliográficas. A pesquisa parte de uma análise do que vem a ser o comércio internacional ressaltando a sua importância e procurando contextualizar a intensificação comercial aos processos de globalização e integração regional verificados com maior repercussão nos anos 90. Faz ainda, uma alusão a cerca dos principais organismos surgidos no âmbito internacional em 1944, durante a reunião de Bretton Woods nos EUA, e do aparecimento de experiências de integrações regionais no cenário globalizado, explanando a respeito dos mais importantes Blocos Econômicos da atualidade (União Européia, NAFTA e Mercosul). O estudo finaliza com uma análise dos efeitos, tendências e perspectivas do Mercosul, o qual representa a iniciativa de integração regional da América Latina de maior êxito.

## **ABSTRACT**

The present work has its objective to evidence that the regional insertion in the globally economy has been a favorable strategy to international relations of Brazil, take the example of Mercosur for so. The methodologies used was the deductive and descriptive-analytical and the information was collected through reading and analysis of several bibliographical references. The research starts by analysing the international trade emphasizing its importance and seeking to contextualize the commercial intensification to the process of globalization and regional integration verified with larger repercussion in the 90. This work also makes an allusion to the main organisms which come out in the international scope in 1944, during the Bretton Woods' meeting in USA and to emersion of experiences on regional integration in the globalized scenery, detaching the important Economic Blocs of present time ( European Union, NAFTA e Mercosur). The estudy concludes with the analyses of the Mercosur's results, tendencies and perspectives, which represents the most successful Latin American' s regional integration initiative.

## INTRODUÇÃO

A atual conjuntura política e econômica do cenário internacional, estruturado pela globalização, propicia que os países se relacionem mais intimamente, incitando uma propensão à integração regional e um aumento das negociações interblocos, tendência essa que vem se consolidando nas últimas décadas.

O processo de globalização e integração econômica em blocos regionais constitui elemento dinâmico construtivo do atual movimento de reordenação das relações internacionais, rumo a uma Nova Ordem Global.

Entretanto, algumas vezes esse processo de integração regional pode não se desenvolver de maneira eficiente, não correspondendo às expectativas dos países membros de determinado bloco e assim, não acarretar benefícios para tais, seja de cunho político, econômico ou comercial.

Esse trabalho almeja, no entanto, responder se a inserção regional na economia globalizada vem sendo favorável para as relações internacionais brasileiras. Para isso, o estudo concentra-se em uma análise do Mercosul, que representa mais uma tentativa integracionista envolvendo o Brasil.

A escolha do objeto de estudo é atribuída pelo Mercosul consistir em uma das mais bem sucedidas iniciativas de integração regional da América Latina, que vem procurando aproveitar os ensinamentos e as oportunidades da globalização e que tem atraído, cada vez mais, o interesse mundial.

Assim, o primeiro capítulo presta-se a uma alusão à cerca do conceito de comércio internacional, atribuindo a sua existência principalmente ao fato de nenhuma nação ser auto-suficiente o bastante para produzir todos os bens e serviços de que necessita. Aborda ainda, a formação histórica do comércio a fim de evidenciar a sua importância para os países, especialmente sob a ótica do mundo globalizado.

Objetivando-se examinar as conveniências e benefícios provenientes do comércio internacional, o estudo apresenta as teorias mais discutidas no meio acadêmico, ou seja, a teoria das vantagens absolutas e das vantagens comparativas.

O segundo capítulo visa apontar a intensificação comercial característica do século XX como condicionante dos processos de globalização e integração regional e com isso, analisar os impactos de tais processos no mundo atual. Explana também, a respeito dos organismos globalizantes que ganharam força no contexto internacional graças à globalização e refletem, cada vez mais, influência sobre os países. Para tanto, o estudo descreve sucintamente os conceitos e efeitos da Organização das Nações Unidas, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio.

O capítulo ainda discute, a partir de uma análise das formas de integração, a segmentação da economia mundial em blocos econômicos, criados para substituir as tradicionais negociações multilaterais entre os países. Com essa discussão, procura-se ressaltar os blocos econômicos de maior repercussão no cenário globalizado, destacando a União Européia, O NAFTA e o Mercosul.

Já o terceiro capítulo, se propõe a uma avaliação no que tange à inserção regional do Brasil na economia globalizada. Para tanto, a pesquisa centra-se em uma análise crítica quanto à integração regional do Mercosul, enfatizando seus principais resultados, perspectivas e tendências.

Para a realização dessa pesquisa foram abordadas as metodologias dedutiva e descritivo-analítica, que implicam em uma cadeia de raciocínio e de conexão a partir das teorias gerais para as particularidades dos fatos, utilizando-se dos resultados interpretativos da realidade, embasadas em leitura e análise de diversas referências bibliográficas.

## **CAPÍTULO 1 – Comércio Internacional**

O objetivo desse primeiro capítulo é discutir o comércio internacional e as teorias mais repercutidas a cerca do tema. O capítulo dedica-se a uma análise do que vem a ser o comércio internacional e qual a principal razão para a sua existência, enfatizando sua importância para os países, especialmente no contexto do mundo globalizado. Discute-se ainda, a formação histórica do comércio fazendo uma abordagem das fases de seu desenvolvimento desde a Antiguidade, no Período Medieval, no Período Moderno e, por conseguinte, no Período Contemporâneo.

O capítulo finaliza-se com algumas conclusões relativas às mais conhecidas teorias do comércio internacional. Além do ponto de vista Mercantilista e as suas modalidades, o estudo enfoca teorias tais como a das Vantagens Absolutas, desenvolvida por Adam Smith e a Teoria das Vantagens Comparativas, criada por David Ricardo.

### **1.1- Conceito e importância**

Pode-se definir comércio internacional como um complexo de transações realizadas entre países diversos amparando o intercâmbio de bens e serviços e/ou movimento de capitais, sob a égide do Direito Internacional Público<sup>1</sup>.

A principal razão para a existência do comércio é atribuída à constatação de que nenhum país é auto-suficiente o bastante para fabricar todos os bens e serviços de que sua população precisa, ou ainda, mesmo quando o país consiga atingir tal produção, esta poderá ser ineficiente em relação à de outros países. Isso ocorre devido razões tecnológicas, climáticas, dotação de recursos naturais, entre outros<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Marinho, Mônica Romero Monteiro & Pires, Jovelino de Gomes, 2002, pág.15

<sup>2</sup> Foschete, Mozart "Relações Econômicas Internacionais", 2001, pág 15

O comércio entre os países permite um aumento da renda de cada país, consistindo em uma melhoria do bem-estar dos indivíduos. Desta forma, ao participar do comércio internacional, cada país tende a organizar sua produção de maneira a possibilitar o aproveitamento das vantagens derivadas da especialização e da divisão do trabalho, como é relatado por Adam Smith em sua obra *An Inquiry into the Causes of the Wealth of Nations* <sup>3</sup>.

Cabe salientar ainda que Foschete<sup>4</sup>(2001) alega que as práticas comerciais internacionais proporcionam condições para que o aperfeiçoamento tecnológico desenvolvido em um país seja compartilhado por outros, tanto pelo fato de vir embutido nos bens de capital importados, ou porque aumenta a eficiência produtiva e a qualidade do produto nos setores de exportação de cada nação.

Adicionalmente, verifica-se que o comércio internacional tornou-se vital para o desenvolvimento e desempenho econômico dos países. Um bom indicador do grau de interdependência de uma nação com o resto do mundo pode ser dado pelo volume e valor de seu comércio externo, pela relação entre as importações e exportações de bens.

## **1.2- Histórico**

A partir de referências de Gonçalves<sup>5</sup> (2003), faz-se uma abordagem acerca da formação histórica do comércio internacional.

---

<sup>3</sup> Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações -1776

<sup>4</sup> Foschete, Mozart "Relações Econômicas Internacionais", 2001, pág 14.

<sup>5</sup> Op.cit. idem, pág. 19.

### 1.2.1 O comércio na Antiguidade

A História do comércio internacional está relacionado com a evolução do transporte e das comunicações. Na Antiguidade, o comércio de grande distância era realizado por meio de rotas nos desertos, onde os comerciantes viajavam juntos, formando caravelas.<sup>6</sup>

Considera-se que os primeiros entrepostos aproveitados nas operações comerciais foram os oásis, que na época funcionavam como depósitos.

Averigua-se através de registros históricos que as práticas de comércio iniciais foram realizadas entre núcleos de civilizações localizados nos Vales da Mesopotâmia e do Egito, e se limitavam ao escambo de algumas mercadorias tais como tecido, tintas e artigos de metal.

Com o decorrer dos séculos, os fenícios desenvolveram o comércio via marítima e, partindo dos seus entrepostos no litoral da Síria, transportavam mercadorias para as diversas regiões do Mediterrâneo.

Segundo Souza <sup>7</sup>, por não conhecerem a moeda, os navegadores da antiguidade comercializavam através do escambo e trocavam objetos de cerâmica, de metal e tecidos por cobre, estanho e prata. Apenas no século VII a.C., a moeda foi introduzida nas relações comerciais pelos gregos, fato que revolucionou as práticas de comércio e abriu grandes perspectivas para a circulação de bens.

Decorrente do êxito na aceitação da moeda de prata dos gregos e em decorrência da privilegiada localização geográfica na Bacia do Mediterrâneo, que permitia relações com o Mar Negro e com várias regiões da Europa Ocidental, Atenas tornou-se um grande centro comercial da Antiguidade.

Os romanos, por sua vez, apenas depois da consolidação da supremacia de Roma sobre a Grécia voltaram-se às práticas de cunho comercial. E mesmo seguindo

---

<sup>6</sup> Souza, Cláudio Luiz Gonçalves "A teoria Geral do Comércio Exterior", 2003, pág. 37

<sup>7</sup> Op.cit.idem,

as mesmas rotas comerciais inauguradas pelos gregos, observou-se um crescimento no volume de intercâmbio com as regiões dependentes do Império Romano.<sup>8</sup>

Importa dizer que tal fato foi de grande relevância, pois para a proteção do comércio via marítima, os imperadores romanos dispuseram de melhorias nos portos, construção de estradas, armazéns e entrepostos, estimulando assim, o desenvolvimento do comércio na Antiguidade.

### 1.2.2- O Comércio no Período Medieval

Devido à invasão dos bárbaros e a decadência da Roma, as atividades comerciais peninsulares tiveram acentuada redução e foram sendo transferidas para o Mediterrâneo Oriental. Assim, Constantinopla surgiu como entreposto comercial de ligação entre Europa e a Ásia.

Enfatiza-se que o domínio comercial pelos empórios bizantinos durou até a época das Cruzadas, que teve como consequência a estimulação do comércio com o Oriente, apresentando novos e exóticos bens à Europa, surgindo então, novos centros de comércio, em especial, Veneza e Gênova que conseguiram fazer com que suas embarcações atingissem os portos da Inglaterra e dos Países Baixos. Geralmente, transportavam gengibre, pimenta, marfim e traziam matérias-primas.<sup>9</sup>

Foi nessa época, que surgiram as primeiras grandes feiras internacionais das quais compareciam comerciantes de vários países europeus, e que serviram de instrumento para a promoção comercial.<sup>10</sup>

Entretanto, a fim de obterem maior segurança em suas transações comerciais com outras regiões na Europa, algumas cidades na Alemanha e nos Países Baixos

---

<sup>8</sup> Maia, Jayme de Mariz. "Economia Internacional e Comércio Exterior", São Paulo: editora Atlas, 1999, pág. 62

<sup>9</sup> Op.cit.idem.

<sup>10</sup> Souza, Cláudio Luiz Gonçalves "A teoria Geral do Comércio Exterior", 2003, pág. 37



arranjaram-se num sistema de cooperação. Deste acordo decorreu a Liga Hanseática que se estendia desde a Rússia até a Inglaterra, abrangendo todo o Norte da Europa. Por intermédio dessa, obtiam-se franquias em outros países para a introdução de mercadorias e produtos, solidificando cada vez mais a prática comercial além das fronteiras domésticas.<sup>11</sup>

### 1.2.3 O Comércio no Período Moderno

Pode-se considerar que a Revolução Industrial foi um grande marco para as transações comerciais, convertendo a Europa no centro de um comércio global durante o século XIX. Assim, o aumento da produção industrial foi acompanhado de uma rápida expansão do comércio. Além disso, o progresso dos meios de transportes, a invenção da máquina a vapor e a construção de linhas férreas propiciaram as comunicações entre o litoral e o interior dos continentes facilitando as práticas comerciais.<sup>12</sup>

Conseqüentemente, a evolução conferida no período moderno impôs a adoção de políticas comerciais. De acordo com Souza um exemplo seria a Inglaterra que dominava o processo de industrialização, teve que abandonar o sistema de restrições às importações e abrir seus portos às matérias-primas oriundas de outros países, objetivando estimular e incrementar sua produção industrial.

Todavia, esta política teve uma duração curta, pois países como Alemanha e os Estados Unidos também desenvolveram suas atividades industriais incitando uma acirrada disputa de mercado que deu origem a Primeira Guerra Mundial no início do século XX. Cabe evocar que com a eclosão da Guerra houve uma grande recessão, tanto no comércio interno dos países, como no cenário internacional.

Essa recessão foi seriamente agravada diante o impacto da grande crise econômica de 1929, que começou nos Estados Unidos e se estendeu pelo mundo

---

<sup>11</sup> Op.cit.idem.

<sup>12</sup> Souza, Cláudio Luiz Gonçalves “A teoria Geral do Comércio Exterior”, 2003, pág. 38

todo. Diversas nações abdicaram do padrão-ouro,<sup>13</sup> a inflação se generalizou e as taxas de câmbio ficaram instáveis, além disso, muitos países desvalorizaram suas moedas para se tornarem mais competitivos diante das exportações.<sup>14</sup>

Dentre as principais causas que resultaram nessa crise cabe destacar à excessiva austeridade monetária do governo norte-americano na década de 20 (o enxugamento dos recursos financeiros internos provocou a diminuição da quantidade da moeda corrente no mercado para comprar produtos), a superprodução (o mercado consumidor não era capaz de absorver a produção resultando na diminuição da produção e no desemprego) e a onda de especulação nas bolsas de valores (os investidores eram atraídos por lucros que não eram gerados no sistema produtivo, compravam ações com a certeza de que outros as comprariam por um preço mais elevado).<sup>15</sup>

Ao iniciar sua recuperação, o comércio internacional sofreu um outro processo de retração após 1938, como efeito do desenvolvimento e disseminação de indústrias em diversos países da Europa e no Japão, representando uma ameaça ao monopólio do comércio mundial exercido pelas grandes potências do Ocidente.<sup>16</sup>

Enfim, todos esses acontecimentos contribuíram para o advento da Segunda Guerra Mundial que propiciou uma nova redistribuição dos mercados entre os países vencedores. Com o fim da guerra, os meios de produção da Europa encontravam-se destruídos, o comércio estagnado e a inflação era um fenômeno generalizado.

---

<sup>13</sup> Sistema monetário no qual o valor de uma moeda nacional é legalmente definido como uma quantidade fixa de ouro, em termos internacionais, e em nível interno o meio circulante tem a forma de moedas de ouro ou notas (papel moeda) conversíveis a qualquer momento em ouro, de acordo com as taxas de conversão fixadas legalmente.

<sup>14</sup> Souza, Cláudio Luiz Gonçalves "A teoria Geral do Comércio Exterior", 2003, pág. 38

<sup>15</sup> Op.cit.idem.

<sup>16</sup> Op.cit.idem.

No contexto do pós-guerra, a história do comércio verificou dois fatos de suma importância: a instituição do Mercado Comum Europeu<sup>17</sup> e o surgimento do bloco dos países socialistas, que deram novo rumo à competição mercantil em escala mundial.

Contudo, ressalta-se que a economia mundial ficou adstrita às ordens dos Estados Unidos e da União Soviética, duas potências que dirigiam todo o mercado global.

#### 1.2.4- O comércio do período contemporâneo

Recentemente, nota-se que o comércio em âmbito mundial é determinado pelos processos de globalização e integração das economias. Na perspectiva de Souza<sup>18</sup> as empresas tornaram-se grandes conglomerados multinacionais, atuando além das suas fronteiras, enquanto que os países voltaram-se em blocos econômicos, buscando maior cooperação comercial.

O processo de integração mundial que se intensificou nas últimas décadas tem por base a liberalização econômica. Com o abandono gradativo de barreiras tarifárias que protegem a produção interna da concorrência estrangeira, os países se abrem ao fluxo internacional de bens, serviços e capitais.<sup>19</sup>

O atual progresso das tecnologias de informação contribui de maneira decisiva para essa abertura comercial no cenário internacional, favorecendo uma integração sem precedentes.

---

<sup>17</sup> Entidade supranacional que congregou doze países da Europa Ocidental (Alemanha, França, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo em 1957; Irlanda, Inglaterra e Dinamarca em 1973; Grécia em 1981 e Portugal e Espanha em 1986). Os países membros estabeleceram um sistema que tende fundir seus mercados nacionais em um único mercado, instituindo facilidades para circulação entre eles de mercadorias e serviços; capitais e mão de obra.

<sup>18</sup> Souza, Cláudio Luiz Gonçalves "A teoria Geral do Comércio Exterior", 2003, pág. 38

<sup>19</sup> Op.cit.idem.

Além do que, é imprescritível dizer que o desenvolvimento tecnológico advindo dos processos de globalização e integração permite a concorrência para o crescimento e homogeneização cultural e torna-se fundamental para agilizar o comércio, os fluxos de investimentos e a atuação das empresas transnacionais.

### **1.3- Teorias do Comércio Internacional**

Ao longo dos séculos foram surgindo inúmeras correntes doutrinárias com bases econômicas que visavam examinar as conveniências e benefícios provenientes do comércio em âmbito internacional sob diferentes óticas, dando origem as teorias do comércio exterior.

Dentre tais teorias, cabe destacar as mais difundidas no meio acadêmico e que mais influência tiveram sobre as políticas comerciais dos países, tendo como referência Salvatore(1998) <sup>20</sup>.

#### **1.3.1- Mercantilismo**

Considera-se que a doutrina mercantilista adotada na Europa vigorou entre o século XV e meados do século XVIII, como efeito da expansão do comércio que se deu no final da Idade Média, logrando o seu apogeu após o descobrimento da América e do caminho marítimo para as Índias. Apesar de ter assumido diferentes formas em vários países, o mercantilismo apoiava-se no absolutismo estatal e na empresa privada. Suas premissas expressavam a união dos interesses do Estado nacional e da ascendente burguesia, que se contrapunham ao feudalismo. <sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Salvatore, Dominick "Economia Internacional", 6ª edição, 1998, págs. 17, 18, 19, 20, 21

<sup>21</sup> Maia, Jayme de Mariz. "Economia Internacional e Comércio Exterior": São Paulo: ed. Atlas S.A, 1999, pág. 63.

Pode-se afirmar que os monarcas desejavam o poder, enquanto a burguesia visava essencialmente ao acúmulo de riquezas. Entretanto, poder e riqueza estavam intimamente relacionados entre si. O poder, para ser exercido, dependia do apoio de exércitos bem armados, sustentados à custa de abundantes recursos. A riqueza, por sua vez, era sustentada e ampliada com maior facilidade em um ambiente onde leis e direitos fossem respeitados, sobretudo, o direito de propriedade.

Embora não possa ser caracterizado como uma teoria sólida e acabada, o mercantilismo pode ser entendido a partir da visão que se tinha na época do que constituía a riqueza e o poder de uma nação. De forma geral, acreditava-se que uma nação seria tanto mais rica quanto maiores fossem sua população e seu estoque de metais preciosos.<sup>22</sup>

Segundo essa visão, o Estado deveria tomar as devidas providências a fim de aumentar o bem-estar de sua população. Para tanto, fazia-se necessária a estimulação comercial e industrial, vistos como mais importantes do que a prática agrícola e o favorecimento das exportações, pois esta era a principal maneira de incrementar o volume de metais preciosos no país, já que os pagamentos internacionais eram feitos em ouro ou prata.

Com isso, fica claro que um país poderia se tornar mais rico se obtivesse um *superávit* comercial nas transações com seus parceiros. Para atingir essa meta o governo deveria dificultar ao máximo ou até mesmo proibir as importações (caracterizando uma política protecionista), ao mesmo tempo em que se promovia ações que estimulassem as exportações, essencialmente através da concessão de subsídios.

No entanto, se os governantes de todos os países se comportassem dessa forma, as economias se fechariam até o ponto em que não importariam nada além do que fosse essencial e não pudesse ser produzido internamente. Logicamente, se essas políticas tivessem continuidade, em um dado momento as exportações ficariam

---

<sup>22</sup> Op.cit.idem.

praticamente reduzidas a zero, pois, para que algum país pudesse efetivamente aumentar suas exportações, outros deveriam incrementar as importações. Se todos se fechassem, não haveria comércio.

Assim, os economistas clássicos que surgiram em meados do século XVIII, tais como, Adam Smith, David Ricardo, dentre outros, justificaram que as proposições mercantilistas não eram consistentes, visto que o comércio internacional deveria ser analisado sob o prisma dos ganhos e benefícios oriundos dos termos de trocas.

Com base em Melo (1993)<sup>23</sup> pode-se dizer que as mais importantes modalidades de mercantilismo foram o bulionismo, o comercialismo e o industrialismo.

O bulionismo (metalismo) deu-se na Espanha, para onde fluíam o ouro do México e a prata do Alto Peru. Esse grande fluxo de metais preciosos acarretou para a Espanha sérios resultados como o desinteresse pelas atividades industriais e agrárias, gerando queda na produção; assim como uma inflação generalizada no país resultante da alta vertiginosa do preço das mercadorias então em escassez, conhecida como Revolução dos Preços. Os efeitos dessa crise econômica, que atingiu, sobretudo as camadas populares, chegaram a provocar o decréscimo da população espanhola. A Espanha se via obrigada a adquirir no exterior os gêneros necessários à sua sobrevivência, sem nada exportar.

O comercialismo iniciou-se na Inglaterra, onde o desenvolvimento manufatureiro e o poderio naval estimularam a expansão do comércio exterior. Os navios da marinha mercante distribuíam no mercado mundial os tecidos produzidos pelas manufaturas inglesas, permitindo ao país o acúmulo de metais preciosos através da manutenção de uma balança comercial favorável.

O industrialismo chegou ao apogeu na França com o mercantilismo de Colbert,<sup>24</sup> ministro de Luís XIV, que procurou fazer a riqueza da França visando a acumulação de metais preciosos obtidos através de uma balança comercial favorável. Para isso,

---

<sup>23</sup> Melo, Leonel I. História Moderna e Contemporânea. São Paulo. Scipione. 1993.

<sup>24</sup> O mercantilismo francês ficou conhecido também como colbertismo.

buscou tornar o país economicamente auto-suficiente, proibindo as importações e incentivando as exportações. Sua política econômica baseava no rápido desenvolvimento industrial da França por meio da criação das manufaturas reais, da concessão de monopólios estatais, da subvenção à produção de artigos de luxo, da criação de grandes companhias comerciais, da conquista de colônias e do fomento ao crescimento da marinha mercante.

### 1.3.2- Teoria das Vantagens Absolutas

Essa teoria surgiu em 1776 com Adam Smith em seu livro “The Wealth of Nations”. Atacava todo o conjunto de idéias mercantilistas defendidas e implementadas por chefes de Estado, altos funcionários, comerciantes, em geral, a elite econômica da época. A falha dos mercantilistas, segundo o economista, foi não perceber que uma troca deveria beneficiar as duas partes envolvidas no negócio, sem que se registre, necessariamente, um *déficit* para uma das nações envolvidas.<sup>25</sup>

A grande crítica de Adam Smith contra os mercantilistas baseou-se, portanto, no fato de que a riqueza de uma nação é mais adequadamente medida em termos de produção e consumo de sua população e não na quantidade de metais preciosos em seu poder. O livre comércio é um poderoso mecanismo capaz de promover o aumento da produção por meio da especialização e, com as trocas, aumentar o consumo e, conseqüentemente, o bem-estar das populações dos países que participam do comércio internacional.

Na visão de Smith, o comércio baseia-se nas vantagens absolutas, ou seja, cada país teria uma vantagem na produção de uma *commodity*<sup>26</sup>. Assim, os países tenderiam a se beneficiar ao se especializarem na produção de sua vantagem absoluta e trocarem parte desta, com um outro país mais eficiente na *commodity* de sua

---

<sup>25</sup> Caldas, Ricardo W; Amaral, Carlos Alberto A. Do. “Introdução à Globalização: noções básicas de economia, marketing e globalização”. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1998, pág. 130.

<sup>26</sup> O termo significa literalmente “mercado” em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial.

desvantagem absoluta, de forma a maximizar o uso de seus fatores de produção, realizando um comércio mutuamente benéfico.

A fim de exemplificar tal teoria, onde duas nações devam comercializar entre si, em que circunstâncias a especialização na produção e o comércio ocorrem em situação vantajosa para ambas as partes e quais produtos devam comercializar, Salvatore (1998) <sup>27</sup> expõe que, sendo o Canadá eficiente na produção de trigo (produzindo uma quantidade igual a 6 alqueires por homem/hora) devido a condições climáticas, não possui tanta eficiência no cultivo de bananas (4 kg por homem/hora). Por sua vez, a Nicarágua produz bananas com eficiência (5 kg por homem/hora), mas é ineficiente na produção de trigo (1alqueire por homem/hora). Há, portanto, uma vantagem absoluta do Canadá sobre a Nicarágua no cultivo do trigo e uma desvantagem absoluta a respeito do cultivo de bananas. O oposto se observa em relação à Nicarágua. O comércio então, traria vantagens recíprocas aos países analisados, de acordo com Adam Smith todos seriam assim, beneficiados com o livre comércio.

Quadro1.3.1 - Vantagens Absolutas

	<b>Canadá</b>	<b>Nicarágua</b>
Trigo (alqueires homem/hora)	6	1
Bananas (kg homem/hora)	4	5

Fonte: baseado na tabela 2.1 Salvatore, Dominick “Economia Internacional”:Rio de Janeiro: 6ª edição, 1998, pág. 19

Todavia, a Teoria das Vantagens Absolutas foi criticada em especial por David Ricardo, o qual alegava que a realidade era muito mais complexa do que a teoria propunha. Adam Smith partiu do princípio de que cada nação possui a sua vantagem absoluta, porém como ficaria caso algum país não produzisse nenhuma mercadoria a custos menores do que os de seus possíveis parceiros comerciais? Além disso,

<sup>27</sup> Salvatore, Dominick “Economia Internacional”, capítulo 2, 1998, pág 19



considerou que os preços eram determinados pela quantidade de horas trabalhadas (mão-de-obra) durante a produção. Logo, fatores como custos da matéria-prima e dos transportes não foram levados em consideração.

### 1.3.3- Teoria das Vantagens Comparativas

Pode-se afirmar que esta seja uma das mais importantes leis da economia. Foi apresentada em 1817 pelo pensador econômico inglês David Ricardo na sua obra *Principles of Political Economy and Taxation*<sup>28</sup> que demonstrou que o comércio é mutuamente vantajoso quando existe uma vantagem comparativa e não necessariamente absoluta de uma nação em relação à outra.

Segundo Maia as Vantagens Comparativas consistem nas diferenças existentes entre os custos de produção de determinados bens entre diversos países.<sup>29</sup>

Objetivando melhor esclarecer a teoria das Vantagens Comparativas faz-se necessário utilizar-se do seguinte exemplo ilustrativo:

Quadro1. 3.2 – Dias de trabalho necessários para produzir.

País	100 metros de tecido	100 barris de vinho
A	90 dias	80 dias
B	100 dias	120 dias

Fonte: Maia, Jayme de Mariz. “Economia Internacional e Comércio Exterior”: São Paulo: ed. Atlas S.A, 1999. 5ª edição, pág.315.

Segundo a teoria da vantagem absoluta não poderia haver comércio entre os países, pois, A produz vinhos e tecidos em melhores condições do que B. Contudo,

<sup>28</sup> Princípios de Economia Política e Tributação

<sup>29</sup> Maia, Jayme de Mariz. “Economia Internacional e Comércio Exterior”: São Paulo: ed. Atlas S.A, 1999, pág.315.

David Ricardo em sua teoria da vantagem comparativa parte do raciocínio de que A deve transferir os trabalhadores de tecidos para vinhos, onde tem maior vantagem. Com isso, deve comprar tecidos de B e vender vinho. Enquanto que B deve fazer o inverso. Tal situação permitirá que A venda 100 barris de vinho para B pelo preço equivalente a 90 dias e, como A gasta apenas 80, terá um lucro de 10. Compra 100 metros de tecido pelo preço referente a 90 dias, e como gasta 90, não perderá e nem ganhará nessa operação.

Já o caso de B, comprará 100 barris de vinho pelo preço correspondente a 90 dias. Como o custo interno é de 120, lucrará 30. Venderá 100 metros de tecido por 90. Com um custo interno de 100, perderá 10, porém, ganhou 30 no vinho tendo, portanto, um lucro final de 20.

Portanto, o comércio entre esses dois países poderia ser realizado já que a vantagem absoluta de A em vinho superaria a falta de vantagem na troca de tecidos. Abandonaria-se então, a idéia dos custos absolutos empregando a de custos relativos.

Pode-se afirmar que as teorias das vantagens absolutas e a das vantagens comparativas foram as teorias que tiveram maior repercussão no meio acadêmico em se tratando de teorias do comércio.

A teoria das vantagens comparativas, por exemplo, explica muito a teoria da integração já que quando um grupo de países decidem se unir é porque adquirem vantagens comparativas a partir dessa união, incentivando portanto, a expansão do comércio internacional.

Assim, o intenso processo de abertura comercial, característico do século XX, incitou uma nova ordem econômica internacional baseada nos processos de globalização e integração regional, que será explanada no capítulo 2 do presente estudo

## **CAPÍTULO 2 – Globalização e Integração Regional**

Este capítulo abordará a temática da globalização e integração econômica, averiguada com maior incidência a partir da década de 90, devido à veemente abertura do comércio internacional.

O estudo presta-se a fazer uma análise do surgimento da globalização e da integração regional como processos conseqüentes e complementares que viabilizaram vantagens aos países, principalmente no que se diz respeito à expansão e desenvolvimento do comércio internacional.

Para tanto, o capítulo constitui-se de conceitos e características acerca do surgimento do processo de globalização e das transformações acarretadas, como por exemplo, o surgimento dos organismos globalizantes.

Posteriormente, o capítulo apresenta algumas definições para o processo de integração regional, procurando enfatizá-lo como ferramenta essencial para a inserção dos países no mundo globalizado, onde ressalta a interdependência e inteiração política, econômica e social dos países em esferas regionais, evidenciando ainda, as formas de integração regional.

Finalmente, o capítulo encerra dando uma visão geral sobre o que vem a ser os blocos econômicos, destacando nesse contexto, a União Européia - principal e melhor sucedido bloco econômico, o NAFTA - tendo centro polarizador a economia dos EUA e como não poderia deixar de mencionar o Mercosul – o qual o Brasil faz parte.

## 2.1 - O Processo de Globalização

A partir de meados do século XX, os Estados Nacionais passaram por um intenso processo de abertura comercial, inaugurando uma nova ordem econômica internacional baseada na regionalização das economias.

A última década do século ficou caracterizada pelo surgimento do fenômeno da globalização, acarretado devido à expansão acelerada da economia e configurado pelo crescimento do comércio e dos investimentos externos, passando a existir em concomitância com os Acordos regionais.

Uma definição interessante de globalização é destacada por Dolan (1993), que a atribui como processo de gradual eliminação de barreiras econômicas e culminante aumento nas trocas internacionais.<sup>30</sup>

Já Molina & Trica (1993) instigam a globalização como a integração ativa do comércio mundial, o processo que define a década de noventa. Para elas, a globalização está relacionada ao vínculo interativo entre países ou grupo de países através de um comércio mundial caracterizado pela abertura de mercados.<sup>31</sup>

Assim, pode-se afirmar que o processo de globalização é marcado pela redução da capacidade de intervenção e regulamentação econômica por parte dos Estados Nacionais, isso devido à interdependência entre os países, consequência da intensificação das trocas comerciais e dos fluxos financeiros, da multiplicação dos esforços de liberalização comercial e de integração econômica, da mundialização dos mercados e da segmentação e internacionalização da produção.

Torres (2000) procura evidenciar que a transformação dos métodos de produção, da concepção dos mercados e das relações econômicas internacionais, fruto da globalização, acarretou oportunidades únicas para o desenvolvimento. O autor ressalta a decorrência de novas maneiras de organização da produção industrial associadas à

---

<sup>30</sup> Dolan, M. "Global Economic Transformation and Less Developed Countries", 1993, pág. 259.

<sup>31</sup> Molina, Z.L & Trica, D. "Globalização da economia: Verdadeira panacéia universal ou velha ficção para uma nova era?", 1993, pág 238

acelerada incorporação de novos progressos científicos ao processo produtivo, com o veloz crescimento da produtividade e a perda da importância comparativa dos recursos naturais abundantes e da disponibilidade de mão-de-obra barata<sup>32</sup>.

A globalização então tem sido visualizada como um fenômeno de abertura simultânea das economias nacionais, gerando uma mundialização heterogênea, desigual. Entretanto, cabe mencionar que o processo de globalização é seletivo, visando determinadas regiões, atividades e segmentos sociais a serem integrados globalmente. Desta forma, enquanto certas áreas e grupos são integrados mundialmente, outros são excluídos desta transformação, levando a uma diversificação cada vez maior do espaço mundial e piorando a concentração de riqueza em termos nacionais e sociais.

Contudo, a globalização pode ser sintetizada como o fenômeno do processo produtivo, do movimento de capitais e dos fluxos de comércio. Todas essas dimensões do fenômeno se sobrepõem e se reforçam mutuamente. Outras características da globalização implicam na interpenetração e unificação de valores culturais e homogeneização política, ocasionando uma crescente interdependência econômica mundial.<sup>33</sup>

Observa-se ainda, paralelamente ao processo de globalização o fenômeno do regionalismo. Segundo Florêncio (1998)<sup>34</sup> o regionalismo consiste em uma globalização em miniatura, que se iniciou a partir da estruturação político-estratégica que confrontou países à alianças ideológicas.

O regionalismo apresenta cada processo de integração regional, em um espaço restrito, porém com maior intensidade, os aspectos mais importantes da globalização, tais como a multinacionalização do processo produtivo, diversificação e aceleração dos fluxos de capital, interpenetração das economias, convergência de valores e padrões culturais.

---

<sup>32</sup> Torres, Igor G. "Comércio Internacional no século XXI", 2000, pág. 23

<sup>33</sup> Florêncio, Sérgio Abreu & Araújo, Ernesto Henrique "Mercosul Hoje", 1998, pág 86

<sup>34</sup> Op.cit, idem, pág. 87.

Com isso, pode-se relatar que o exemplo mais concreto e de maior êxito do fenômeno do regionalismo vem a ser a União Européia<sup>35</sup>, sobretudo, por apresentar a conformação de um mercado único, com a adoção de uma mesma moeda.

## **2.2- Organismos Internacionais Globalizantes**

De acordo com Marinho e Pires (2000)<sup>36</sup> os organismos internacionais foram instituídos visando à facilitação do processo de equilíbrio dos países, em especial, pela liberalização comercial em âmbito internacional, tanto por intermédio do fortalecimento das economias em desenvolvimento, como por intermédio da ingerência das economias mais fortes no processo global de desenvolvimento.

Cada vez mais os fóruns mundiais refletem influência sobre os países. As resoluções tomadas pelas organizações internacionais decidem a respeito de bloqueios comerciais, desrespeito dos direitos humanos, dívida externa, preservação de recursos naturais, etc. Com o advindo da globalização, esses organismos ganham força e atuam resolvendo disputas entre as nações mundiais.

Em 1944, durante a reunião de Bretton Woods nos EUA, foram criados os principais organismos no de cunho internacional. Segundo referências de Marinho e Pires (2002)<sup>37</sup>, cita-se:

### **2.2.1- ONU**

A Organização das Nações Unidas é uma instituição intergovernamental e política fundada em 1945, no final da Segunda Guerra Mundial, Seus principais

---

<sup>35</sup> Op.cit., idem., pág. 86.

<sup>36</sup> Marinho, Mônica Romero Monteiro & Pires, Jovelino de Gomes "Comércio Exterior: Teoria X Prática no Brasil", 2002, pág. 21.

<sup>37</sup> Op.cit., idem.

objetivos consistem na manutenção da paz, na defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e na promoção do desenvolvimento dos países em escala mundial.

Para tanto, a organização define as prioridades mundiais que são assumidas pelos 191 países-membros como um compromisso básico a partir da Assembléia Geral da ONU<sup>38</sup> que acontece anualmente. Os membros são unidos em torno da Carta da ONU, um tratado internacional que enuncia os direitos e deveres dos mesmos diante a comunidade internacional.

Os principais órgãos da ONU são a Assembléia Geral, o Conselho de Segurança<sup>39</sup>, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado. Todos eles estão situados na sede da ONU, em Nova York, com exceção do Tribunal, que fica em Haia, na Holanda.

É importante colocar, que o sistema das Nações Unidas ainda engloba agências especializadas que são organismos autônomos, vinculados através de acordos especiais, que foram sendo criados em datas diferentes para responder a diversas necessidades da comunidade internacional.

Além dos Estados-membros das Nações Unidas, países não-membros também participam dessas agências. O Brasil, um dos 51 países fundadores da ONU, é membro de todas as agências especializadas e vem desempenhando importante papel em algumas delas, como por exemplo, na Organização Internacional do Trabalho.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> Órgão representativo e democrático por excelência das Nações Unidas, a Assembléia Geral da ONU conta com a participação de todos os Estados-membros nas sessões ordinárias, realizadas anualmente, e nas sessões especiais, convocadas quando necessário.

<sup>39</sup> Órgão encarregado da manutenção da paz e da segurança internacional. Atualmente, 15 países constituem o Conselho de Segurança, dos quais dez são eleitos por um sistema rotativo, com mandatos de dois anos, e cinco - Reino Unido, Estados Unidos, Rússia, França e China - são membros permanentes.

<sup>40</sup> Fundada em 1919 e voltada às questões trabalhistas e que, em 1946, se tornou a primeira agência especializada associada às Nações Unidas.

Ressalta-se que o Brasil tem participado de grandes conferências organizadas pela ONU sobre temas como meio ambiente, desenvolvimento, condições da mulher, cooperação científica e tecnológica, direitos humanos, narcotráfico e desarmamento.

É imprescindível dizer que, atualmente há controvérsias no referente à atuação da organização e quanto ao seu papel de organismo dotado de soberania internacional, sobretudo, após a guerra do Iraque (2002), onde os EUA não permitiram que inspetores da ONU terminassem o seu trabalho de busca de armas de destruição de massa e invadiram o país, fazendo valer as “regras americanas”.

#### 2.2.2- Bird

O Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento, também conhecido como Banco Mundial, possui sede em Washington e tem como objetivo a concessão de empréstimos aos países que necessitam expandir sua economia. Consiste num organismo fornecedor de créditos a médio e longo prazo, agindo como captador de capitais internacionais para investimentos produtivos em países subdesenvolvidos.

Foi fundado especialmente para o financiamento e reconstrução das economias abaladas pelas guerras, como Europa e Japão, representando o mais importante organismo de promoção para os países em desenvolvimento.

Possui como finalidade contribuir nas obras de reconstrução e desenvolvimento em território dos países associados, facilitando a inversão de capitais para fins produtivos, inclusive a restauração das economias destruídas ou deslocadas pela 2ª Guerra Mundial, procedendo à transformação dos meios de produção, a fim de satisfazer as necessidades de paz e estimular o desenvolvimento dos fatores de produção e recursos nos países subdesenvolvidos.

Além disso, promove investimentos de capitais estrangeiros, mediante garantias ou participação em empréstimos e outros investimentos realizados por particulares,



quando não houver capital privado disponível com condições razoáveis, o BIRD complementar, facilitando os fundos para fins produtivos, seja do seu próprio capital ou por fundos por ele levantados ou ainda de seus demais recursos.

Um outro objetivo do BIRD é promover o crescimento equilibrado do comércio internacional e manter um ajuste nas balanças de pagamentos dos países associados, cooperando para o aumento da produtividade, elevação do padrão de vida e melhoramento das condições de trabalho.

O Banco Mundial procura conduzir suas operações tendo em vista os efeitos que as inversões internacionais possam causar sobre a situação econômica dos países membros. Ele é sustentado por subscrições de capital dos países associados, proporcionais as quotas que mantêm com o FMI e estas, refletem a posição econômica relativa do país no mundo.

Cabe relatar que os recursos que o Banco usa para realizar suas operações de financiamento provêm dos pagamentos efetuados pelos países associados por conta de suas subscrições de capital; dos empréstimos lançados nos diversos mercados internacionais de capital e dos resultados líquidos das operações do Banco. No caso de não conseguir esses recursos, ele poderá emprestar parte do seu próprio capital. Assim, pode-se dizer que como acontece com o FMI, as grandes potências detêm o controle dessa organização financeira internacional.

### 2.2.3- FMI

O Fundo Monetário Internacional, surgido em 1944, vem a ser uma instituição destinada a colaborar na manutenção do equilíbrio dos balanços de pagamento. Com isso, tem permitido maior influência da comunidade internacional sobre as políticas de comércio exterior dos países.

O FMI tem como objetivo promover a cooperação monetária entre as Nações através de uma instituição permanente que funciona como órgão de consulta e de colaboração nos problemas monetários internacionais.

Também visa facilitar a expansão e o desenvolvimento equilibrado do comércio internacional, propiciando e assegurando o emprego e a renda total em níveis elevados e ampliar as fontes produtoras de todos os países-membros.

Além disso, promove a estabilidade cambial, mantendo em boa ordem os regulamentos de câmbio entre os membros e evita depreciações cambiais com o intuito de concorrência. A instituição ainda auxilia o estabelecimento de um sistema multilateral de pagamentos em relação às transações correntes entre os países associados.

Uma outra função do FMI consiste em difundir confiança aos países-membros, facilitando-lhes a utilização dos recursos do Fundo, mediante garantias adequadas, dando-lhes assim, a oportunidade de corrigir os desequilíbrios em seus balanços de pagamentos, sem que necessitem recorrer a expedientes ruinosos para a prosperidade nacional ou internacional. Nessas condições tende a reduzir a duração e diminuir a intensidade do desequilíbrio nos balanços de pagamentos dos seus associados.

Para tanto, o FMI fornece aos países-membros os necessários recursos em divisas, bem como coloca à sua disposição técnicos que aconselhem e ajudem a resolver seus problemas financeiros e monetários. Ressalta-se que o Direitos Especiais de Saques – DES é determinado de acordo com as contribuições referentes à capacidade econômica de cada país. A quantidade de DES dos países é proporcional aos seus votos nas decisões do FMI.

Entretanto, evidencia-se que a partir da década de 90 discutiu-se a cerca da atuação da instituição, a qual não atingiu, na maioria das vezes, os benefícios socioeconômicos pretendidos aos países em desenvolvimento.

#### 2.2.4- OMC

A Organização Mundial do Comércio foi criada em 1995 como um dos mais importantes resultados da rodada de negociações do General Agreement on Trade and Tariffs (GATT) realizada no Uruguai entre 1986 e 1994.

A organização tem sido utilizada para promover uma série de políticas relacionadas ao comércio, investimentos e desregulamentações que pioram as desigualdades entre o Norte e o Sul e entre os ricos e pobres dentro dos países. Executa cerca de vinte acordos comerciais diferentes, inclusive o Acordo Geral de Comércio em Serviços – AGCS; o General Agreement on Trade in Services – GATS, o Acordo sobre Agricultura – AoA e Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio - ADPIC; e Trade-Related Intellectual Property Rights – TRIPS.

É importante colocar que, há uma distinção necessária entre o GATT e a OMC. O GATT, cuja origem remonta o período subsequente a Conferência de *Bretton Woods* em 1948, faz parte do projeto de liberalização econômica do comércio internacional, é um acordo entre partes contratantes (Estados). Já OMC é uma organização, que por sua vez, possui personalidade jurídica e é constituída por membros. A estrutura legal da OMC engloba as regras estabelecidas pelo antigo GATT, as modificações obtidas ao longo dos anos e os resultados das negociações passadas de liberalização do comércio.

Os objetivos primordiais da OMC são a elevação dos níveis de vida, o pleno emprego, a expansão da produção e do comércio de bens e serviços, a proteção do meio ambiente, o uso ótimo dos recursos naturais em níveis sustentáveis e a necessidade de realizar esforços positivos para assegurar uma participação mais efetiva dos países em desenvolvimento no comércio internacional.

A OMC ainda visa administrar a implantação e operação de acordos comerciais multilaterais que moldam o novo sistema de comércio internacional; servir de foro para as negociações multilaterais; administrar todo um sistema de regras e procedimentos

relativos à solução de controvérsias; administrar o mecanismo de Revisão de Políticas Comerciais (*Trade Policy Review Mechanism*) o qual através de revisões periódicas das políticas de comércio exterior dos membros procura dar transparência ao sistema multilateral de comércio.

Entretanto, há uma de suas atribuições que merece destaque: funcionar como tribunal para os conflitos do comércio internacional, por intermédio do Órgão de Solução de Controvérsias, no qual os conflitos são resolvidos por meio de consultas entre os membros e as decisões são tomadas por um painel de especialistas e por um Órgão de Apelação.

Ressalta-se que antes da instituição da organização, a solução de conflitos não dispunha de uma cláusula de obrigatoriedade de cumprimento, capaz de impor as decisões tomadas pelo órgão de julgamento, e a estratégia usual dos perdedores era bloquear o consenso para implementar as decisões tomadas pelos participantes do painel. Com esse mecanismo isto é quase impossível, dado que o vencedor pode retaliar o perdedor se ele não implementar a decisão do painel, o que faz da OMC o mais eficiente tribunal entre as organizações internacionais.

Qualquer país, membro ou não, pode ingressar um painel na OMC, buscando a solução de desentendimentos comerciais, bem como decisões sobre a real utilização e implementação das regras de comércio.

Evidencia-se dizer que as negociações no âmbito da OMC seguirão o princípio do "compromisso único" o qual obriga todos os membros a concordarem com todos os temas negociados impedindo que os países escolham apenas os acordos de seus interesses.

### **2.3- O Processo de Integração Regional**

Torres (2000) ressalta que juntamente ao processo de globalização averigua-se o processo de integração regional no sentido de integração política, econômica e social

dos países em esferas regionais.<sup>41</sup> A fim de conceituar integração regional cabe utilizar-se da definição dada por Balassa (1961):

*“... a integração pode ser definida como um processo e como uma situação. Encarada como um processo implica em medidas destinadas à abolição de discriminação entre as unidades econômicas de diferentes estados, como situação pode corresponder à ausência de várias formas de discriminação entre as economias nacionais, que sejam barreiras tarifárias ou não tarifárias”.*<sup>42</sup>

Marinho e Pires (2002) procuraram evidenciar que o processo de integração na maioria inicia-se com acordos bilaterais, de cunho econômico, evoluindo para formas mais amplas de participação conjunta, objetivando um aumento da liberalização comercial entre os países, que acarretará numa melhoria das condições de acesso dos produtos nos mercados dos países envolvidos, preços mais competitivos, maiores de lucros, etc.<sup>43</sup>

Assim, pode-se observar que integração regional tornou-se um instrumento fundamental para que um número cada vez maior de países melhorasse a sua inserção no mundo globalizado. Isso porque a competitividade acarretada pelo processo proporciona um aumento das trocas comerciais e da produtividade, gerando condições para um maior crescimento econômico e favorecendo o aprofundamento dos processos democráticos.

---

<sup>41</sup> Torres, Igor G. “Comércio Internacional no século XXI”, 2000, pág. 26

<sup>42</sup> Balassa, Bela, Teoria da Integração Econômica. Livrara Clássica Ed. Lisboa, 1961, pág.12.

<sup>43</sup> Marinho, Mônica Romero Monteiro & Pires, Jovelino de Gomes “Comércio Exterior: Teoria X Prática no Brasil”, 2002, pág 31

Entretanto, é importante enfatizar que a propensão à formação de blocos regionais não é consequência apenas da globalização. Na perspectiva de Torres<sup>44</sup>, deve-se também à lógica econômica, onde os ganhos de bem-estar incentivam os países à integração econômica. Esses processos de integração têm se dado de várias formas, buscando tanto a criação de zonas de livre comércio, de uniões aduaneiras, quanto de mercados comuns, cujos objetivos englobam a coordenação de políticas macroeconômicas e até a unificação econômica e política.

## **2.4- Formas de Integração**

Dependendo do grau de relacionamento econômico existente entre os Estados, pode-se classificar os processos de integração econômica.

É importante observar que de acordo com Foschete (2001) <sup>45</sup> cada uma das formas de integração serve de suporte para a seguinte sem significar, no entanto, que os blocos ou organizações internacionais que compartilham desses diferentes processos se proponham a atingir progressivamente o estágio máximo dessa relação.

Com base nas perspectivas do autor acima citado, segue-se definições e exemplos de organizações que foram fundadas com o intuito de evoluírem ou se limitarem a um determinado nível de relacionamento político/econômico.

### **2.4.1-Zona de Preferência Tarifária**

É o estágio mais simples desse processo. Caracteriza-se em garantir apenas aos países que fazem parte de uma Zona de Preferência Tarifária, significando que os direitos de importação cobrados entre os países membros são inferiores aqueles cobrados a terceiros países.

---

<sup>44</sup> Torres, Igor G. "Comércio Internacional no século XXI", 2000, pág. 27

<sup>45</sup> Foschete, Mozart "Relações Econômicas Internacionais", 2001, pág. 131.

A Associação Latino-Americana de Livre Comércio “ALALC”, instituída na década de 60, corresponde a um exemplo de associação entre países que previa uma zona preferencial entre os seus membros.

#### 2.4.2- Zona de Livre Comércio

Neste caso são eliminadas as restrições tarifárias e não tarifárias que recaem sobre o comércio entre os países membros.

Destaca-se que a instituição de uma Zona de Livre Comércio não veda que cada país membro firme níveis tarifários ou não tarifários para as importações originárias de terceiros Estados.

Sendo assim faz-se necessário fixar a distinção entre produtos provenientes da Zona e os importados condicionando a livre circulação dos produtos ao regime de origem. Produtos naturais da zona possuem tarifa zero. Já os produtos externos estão sujeitos à cobrança de direitos de importação.

Uma Zona de Livre Comércio deve abancar no mínimo 80% dos bens comercializados entre os países membros, de acordo com as negociações do GATT.

Pode-se citar como exemplos de Zona de Livre Comércio a Associação Européia de Livre Comércio – EFTA firmada em 1960 e que previa a criação de uma Zona de Livre Comércio circunscrita a produtos industriais; o Acordo de Livre Comércio da América do Norte “NAFTA” e a fase inicial do Mercosul, que vigorou até o final de 1994.

#### 2.4.3- União Aduaneira

É uma Zona de Livre Comércio dotada de uma Tarifa Externa Comum – TEC sobre importações vindas de terceiros Estados, não sendo mais necessário o

estabelecimento de um regime de origem, além da eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias entre os países membros.

Assim, os produtos oriundos do exterior estão sujeitos a uma mesma imposição, seja qual for à fronteira da união aduaneira pela qual penetrem. Ao passo que produtos originários da Zona, ou considerados como tais, estão isentos do pagamento de direito de importação ao cruzarem as fronteiras dos países membros, estabelecendo-se uma Preferência Tarifária ou Margem de Preferência para os países membros da união aduaneira.

O autor Foschete (2001) cita o Mercosul como exemplo de união aduaneira, pois segundo ele, embora possua por objetivo de se constituir num mercado comum, é atualmente, apenas uma união alfandegária incompleta<sup>46</sup>.

#### 2.4.4- Mercado Comum

Uma outra etapa de integração é o Mercado Comum, que tem a União Européia como principal exemplo. A maior diferença entre o Mercado Comum e a União Aduaneira é que esta última regula apenas a livre circulação de mercadorias, enquanto o Mercado Comum prevê também a livre circulação dos demais fatores produtivos.

Esses "fatores produtivos" compreendem dois elementos essenciais: capital e trabalho. Da liberalização desses fatores decorre, por um lado, a livre circulação de pessoas (trabalhadores ou empresas) e, por outro, a livre circulação de capitais (investimentos, remessas de lucro, etc.).

Do ponto de vista dos trabalhadores, a livre circulação implica a abolição de todas as barreiras fundadas na nacionalidade, mas também a instituição de uma verdadeira condição de igualdade de direitos em relação aos nacionais de um país.

---

<sup>46</sup> Foschete, Mozart "Relações Econômicas Internacionais", 2001, pág. 130.



Já no que diz respeito ao capital, a condição de Mercado Comum supõe a adoção de critérios regionais que evitem restrições nos movimentos de capital em função de critérios de nacionalidade.

Portanto, em tais situações, o capital de empresas provenientes de outros países do Mercado Comum não poderá ser tratado como "estrangeiro" no momento de sua entrada (investimento) ou saída (remessa de lucros ou dividendos).

Além disso, o Mercado Comum pressupõe a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais como, por exemplo, definição de metas comuns em matéria de juros, fiscal, cambial.

#### 2.4.5- União Econômica e Monetária

A União Econômica e Monetária (UEM) constitui a etapa mais avançada e complexa de um processo de integração. Está associada à existência de uma moeda única e uma política macroeconômica (monetária, fiscal, social) uniforme delegada a uma autoridade econômica central e supranacional responsável pela coordenação e cumprimento de tal política.

Ressalta-se que analisando sob o prisma econômico, os países perdem de certa forma, sua soberania que é transferida para a autoridade econômica central.

O único exemplo de uma União Econômica e Monetária, ainda em processo de construção, é a União Européia, pois já aderiu a adoção do Euro como moeda única desde 1999.

## 2.5- Blocos Econômicos

Na perspectiva de Maia (1999)<sup>47</sup>, os blocos econômicos são associações de países criados com a finalidade de desenvolverem o comércio de uma região específica assim, estabelecem relações econômicas privilegiadas entre si. O objetivo principal da consolidação dos blocos econômicos é substituir a concorrência entre as nações pela concorrência entre as regiões. O primeiro bloco surge na Europa em 1957, com a criação da Comunidade Econômica Européia (CEE), atual União Européia (UE).

No entanto, a tendência de regionalização da economia só se fortalece nos anos 90, com o fim da Guerra Fria. Na América, segundo Baumann (2001)<sup>48</sup>, se destacam o Nafta, o Mercosul e, em menor grau, o Pacto Andino e o Caricom; na Europa, a UE e a Comunidade dos Estados Independentes (CEI); na África há o SADC; na Ásia, o Asean. Faz-se a seguir uma análise dos blocos econômicos (UE, NAFTA e Mercosul).

### 1.5.1- União Européia

A União Européia foi instituída pelo Tratado de Roma em 1957 entrando em vigor em 1958. A princípio chamava-se Comunidade Econômica Européia – CEE, apenas em 1994 ela adotou o atual nome.<sup>49</sup>

Segundo dados da revista “Isto É” /1826-6/10/2004 a União Européia atualmente é composta por Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Grécia, Áustria, Suécia, Dinamarca, Irlanda, Finlândia, Polônia, Chipre, Eslováquia, Luxemburgo, Holanda, Bélgica, Eslovênia, Estônia, Hungria, França, Reino Unido, Letônia, Lituânia, Malta e República Tcheca. O PIB do bloco é de US\$ 11 trilhões, suas exportações representam US\$ 3,8 bilhões e as importações US\$ 3,7 bilhões. A UE possui uma população correspondente a 454 milhões de habitantes.

<sup>47</sup> Maia, Jayme de Mariz “Economia Internacional e Comércio Exterior”, 1999, pág. 155.

<sup>48</sup> Baumann, Renato. Mercosul: Avanços e Desafios da Integração. Brasília :IPEA, 2001.

<sup>49</sup> [www.europa.eu.int](http://www.europa.eu.int), acessado em: 08/09/2004

A União Européia foi criada após a 2ª Guerra Mundial, no momento em que os europeus encontravam-se enfraquecidos economicamente e politicamente. Visava então, recuperar a economia dos países membros, espantar o comunismo e fazer frente ao crescente avanço da influência econômica norte-americana.

Em 1992 foi consolidado o Mercado Comum Europeu, com a eliminação das barreiras alfandegárias, a livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas entre os países-membros. Aprovado em 1991, em Maastricht (Holanda) o Tratado da União Européia entra em vigor em 1993. É composto de dois outros - o da União Política e o da União Monetária e Econômica, que estabelece a criação de uma moeda única. No âmbito social são definidos quatro direitos básicos dos cidadãos da União Européia: livre circulação, assistência previdenciária, igualdade entre homens e mulheres e melhores condições de trabalho.<sup>50</sup>

Em 1991, na cidade de Maastricht, os países membros firmaram um novo tratado que veio substituir juridicamente o de Roma, delineando novas metas para o aprofundamento de integração europeia. Com a assinatura do Tratado de Maastricht, a Comunidade Econômica Européia passou a se chamar União Européia.<sup>51</sup>

Além disso, o ano de 1999 foi estabelecido pelos membros da UE como prazo final para a implementação da moeda única, o euro. Desde 2002, circulam as notas de euro em todos os países da União Européia, com poder legal para efetuar quaisquer pagamentos.<sup>52</sup>

Contudo, torna-se importante ressaltar, que o euro, sendo uma moeda europeia forte lastreada em economias poderosas, passou a competir com o dólar norte-americano no cenário internacional.

---

<sup>50</sup> Op.cit, idem.

<sup>51</sup> Op.cit, idem.

<sup>52</sup> Op.cit, idem.

### 1.5.2- NAFTA

O Acordo de Livre-Comércio da América do Norte foi instituído em dezembro de 1992 quando o Canadá, os Estados Unidos e o México assinaram o "*North American Free Trade Agreement* - NAFTA" - que entrou em vigor em primeiro de janeiro de 1994.

O acordo prevê o estabelecimento de uma zona de livre comércio entre os países membros. Esta área está baseada na livre circulação de mercadorias e serviços entre os países membros por meio da eliminação das barreiras legais e das tarifas alfandegárias, limitando-se à área comercial.<sup>53</sup>

Com a criação do NAFTA ficou evidenciado que a maior parte do comércio dos EUA é feito com os países integrantes da zona de livre comércio e a maior parte dos produtos transacionados entre eles estão isentos de tarifas.

Os Estados Unidos estão empenhados na criação de uma zona de livre comércio englobando todo o continente americano, a ALCA. Mas, assim como o interesse na criação da ALCA também há a intenção de crescimento do NAFTA e a inclusão de outros países neste tratado, ampliando-o então, para todos os países das Américas.

O NAFTA propõe alargar os horizontes de mercado dos países membros e aumentar a produtividade interna. Diferente da União Européia, o bloco não aponta para a unificação total das economias dos países membros.

É importante dizer que, o empecilho para que este acordo não fosse logo posto em prática, e que ainda hoje gera discussão, é a diferença socioeconômica entre o México e os outros dois países. O México possui o maior índice de analfabetismo e menor renda per capita e expectativa de vida.<sup>54</sup>

Com isso, os EUA e Canadá temem perder suas indústrias para um país em que a mão-de-obra é muito mais numerosa e barata, além de um provável aumento de

---

<sup>53</sup> [www.naftacustoms.org](http://www.naftacustoms.org), acessado em: 08/10/2004

<sup>54</sup> Op.cit, idem.

imigração mexicana. Já o México se preocupa com a falência porque suas indústrias ainda não estão devidamente capacitadas para concorrer com o poder e o desenvolvimento norte-americano e o agravamento do desemprego, conseqüente do intercâmbio de tecnologias, que proporciona a automatização e a robotização das indústrias.<sup>55</sup>

### 1.5.3- Mercosul

Desde a assinatura, em 26/3/1991 do Tratado de Assunção, instrumento jurídico fundamental, que criou o Mercado Comum do Sul – Mercosul - culmina o processo de negociações entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Além dos países membros, atualmente o Mercosul conta com a Bolívia, o Chile e o Peru como membros associados, com acordos para a formação de livre comércio, mas não entraram na união aduaneira.

A criação do Mercosul pode ser atribuída, a princípio, aos acordos comerciais entre Brasil e Argentina firmados em meados da década de 80. Contudo, o ingresso do Paraguai e Uruguai no início dos anos 90 tornou mais abrangente a proposta de integração.<sup>56</sup>

Com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em dezembro de 1994, o MERCOSUL ganhou personalidade jurídica de direito internacional, pois o Protocolo reconhece ao bloco competência para negociar, em nome próprio, acordos com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais.<sup>57</sup>

Os princípios básicos desse bloco são o estabelecimento de uma união aduaneira - área de livre circulação de bens, serviços, mãos-de-obra e capital assim como, a liberação gradativa de tarifas alfandegárias e restrições tarifárias.

---

<sup>55</sup> Op.cit, idem.

<sup>56</sup> [www.mercosul.gov.br](http://www.mercosul.gov.br) , acessado em 09/10/2004

<sup>57</sup> Op.cit, idem.

A maioria das mercadorias fabricadas nos países membros podem ser comercializadas internamente sem tarifas de importação. Porém, alguns produtos ainda permanecem subordinados a taxas que funcionam como tarifas de proteção para as empresas nacionais.

Ao contrário do NAFTA, existem entre os países membros do Mercosul laços que interligam suas economias e, por conseguinte, interferem e servem de estímulo para relação comercial e intercâmbio de investimentos. Dentre os principais países do Mercosul destacam-se o Brasil e a Argentina, devido à contingência populacional e desenvolvimento econômico desses países em relação aos demais.<sup>58</sup>

Pesquisas recentes mostram que o Mercosul possui um PIB de aproximadamente US\$ 650 bilhões. As exportações do bloco somam US\$ 119 bilhões e as importações US\$ 82 bilhões.<sup>59</sup>

O Mercosul pode ser considerado um bloco econômico sub-regional pelo fato dos países que o compõem serem subdesenvolvidos. O grande desafio para o bloco é resolver e modificar este quadro de subdesenvolvimento, diminuindo os problemas urbanos, as altas taxas de analfabetismo e acabar com as precárias condições de educação e saúde para então, poder despontar no mercado mundial. Contudo, o Mercosul constitui-se na experiência de integração da América do Sul que obteve maior êxito e representa um dos mais bem sucedidos projetos de política externa brasileira.<sup>60</sup>

É fundamental mencionar que o Mercosul situa-se entre os principais blocos comerciais do mundo, logo atrás do Nafta, União Européia e Japão e é certamente o primeiro entre países em desenvolvimento. Por essa razão, o Mercosul representa atualmente, um dos principais pólos de atração de investimentos do mundo.

O próximo capítulo abordará as perspectivas acerca dos processos e tendências das políticas econômicas e comerciais e de desenvolvimento no Mercosul, com especial atenção ao caso brasileiro.

---

<sup>58</sup> Op.cit, idem.

<sup>59</sup> Fonte: revista "Isto É" /1826-6/10/2004

<sup>60</sup> [www.mercosul.gov.br](http://www.mercosul.gov.br) , acessado em 09/10/2004

### **Capítulo 3 - Mercosul**

Este capítulo pretende investigar se a integração regional do Mercosul vem sendo uma estratégia favorável para a política econômica e comercial do Brasil no âmbito das suas relações internacionais.

A pesquisa enfoca a Associação Latino Americana de Livre Comércio – ALALC e a Associação Latino-Americana de Integração – ALADI, experiências de integrações regionais da América Latina que antecederam o Mercosul.

O capítulo encerra-se com uma visão dos principais resultados obtidos, ressaltando as perspectivas e tendências do Mercosul, visando identificar uma posição quanto a inserção do Brasil na integração com o Bloco diante uma projeção internacional.

#### **3.1- Mercosul: antecedentes históricos**

Tomando-se como referência Pereira (1999), o Mercosul representa uma nova iniciativa de integração, dando assim, continuidade aos propósitos da década de 60, evidenciando que os acordos que visavam a criação de livre comércio não são fenômenos atuais na América Latina.

A Associação Latino Americana de Livre Comércio – ALALC foi instituída em 1960 pela Argentina, Brasil, Chile, México Paraguai, Peru e Uruguai. Posteriormente, integrou-se também a Colômbia o Equador, a Venezuela e a Bolívia. O acordo visava o estabelecimento de uma zona de livre comércio durante um período de doze anos, contudo, não cumpriu o seu verdadeiro papel.

De acordo com Pereira (1999) a ALALC foi extinta em 1980 e substituída pela Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Integrado – ALADI. A mudança deu-

se, sobretudo, devido ao não-cumprimento de prazos e ao obstáculo de negociação quanto à eliminação de tarifas segundo a cláusula da nação mais favorecida.

Outros fatores que explicam o relativo fracasso da ALALC estão associados com os problemas de estabilização e o forte viés protecionista que determinavam as políticas implementadas para impulsionarem o desenvolvimento econômico da época. Contudo, pretendia-se ainda, a ampliação do enfoque de zona livre de comércio a uma área também desenvolvimentista com o estabelecimento de tarifas alfandegárias regionais.<sup>61</sup>

A Associação Latino-Americana de Integração – ALADI criada pelo Tratado de Montevideu em 1980, assinado pela Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela objetivava fixar um mercado latino-americano, por meio de acordos parciais de cooperação. Com o estabelecimento da instituição, os países membros procuraram definir objetivos e mecanismos mais condizentes com a realidade regional.

Os primeiros sinais de aprofundamento da integração entre O Brasil e a Argentina, segundo Silva (1999)<sup>62</sup>, ocorreram em 1988, com a assinatura do Tratado de Integração, cooperação e desenvolvimento que previa a consolidação de um Mercado Comum até o ano de 2000, no contexto da ALADI.

Silva (1999) ainda ressalta que, os presidentes Collor (Brasil) e Menem (Argentina) resolveram antecipar a instituição desse Mercado Comum para 1994. No âmbito da ALALC e como sucessão dos acordos da ALADI foi então assinado o Tratado de Complementação Econômica, o qual entrou em vigor em 1991, sendo a base para o Tratado de Assunção.<sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> Pereira, Antônio Salazar P. Brandão Lia Valls,orgs. “Mercosul: perspectivas da integração”. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, pág.13

<sup>62</sup> Silva, Hebe Teixeira Romano Pereira.”O que o Brasil precisa saber sobre o Mercosul”. Brasília: Brasília Jurídica, 1999, pág. 18.

<sup>63</sup> Op.cit, idem.



Posteriormente, ainda no mesmo ano, o Paraguai e o Uruguai agregaram-se ao processo de integração, já até então formado pelo Brasil e a Argentina, e assinaram o Tratado de Assunção, declarando o desejo político de criar um Mercado Comum, dando origem assim, ao Mercosul.

É importante mencionar que quando os países resolveram unirem-se em um projeto regional aberto ao mundo constataram que não dividiam apenas valores, mas também desafios. São países diferentes, que não possuem as mesmas aspirações e os mesmos problemas. Assim, não se pode analisar o Mercosul como um fenômeno isolado, deve-se pensar em nações que decidiram agregarem-se em torno de objetivos comuns.

Contudo, cabe colocar que como Pereira (1999) enfatiza, o êxito limitado das anteriores tentativas de integração da América Latina pode ser conferida principalmente ao processo de substituição de importação e as políticas protecionistas vigentes na região durante a época. A liberalização comercial, a instituição de uma tarifa externa comum ou mesmo a coordenação de políticas macroeconômicas se tornaram mais viáveis em âmbito mais amplo de liberação econômica antes marcada por uma estrutura de proteção. A democracia acarretou a atual tendência de políticas comerciais com objetivo de padrões de crescimento baseados em uma introdução mais aberta e competitiva da América Latina na economia global.<sup>64</sup>

### **3.2 - Mercosul: efeitos, perspectivas e tendências**

A década de 80, período anterior à criação do Mercosul, foi caracterizada por uma profunda crise econômica nos países que viriam a compor o Bloco decorrente do endividamento externo. Neste período, os países desenvolvidos mantiveram e aprofundaram a política “neoprotecionista”, reduzindo significativamente as

---

<sup>64</sup> Pereira, Antônio Salazar P. Brandão Lia Valls,orgs. “Mercosul: perspectivas da integração”. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, pág.78.

possibilidades de acesso a seus mercados, em especial, para aquelas mercadorias vindas dos países menos desenvolvidos.<sup>65</sup>

Ressalta-se que muitas barreiras não-tarifárias foram utilizadas a fim de atingir esse propósito. Dentre elas podem-se citar os acordos de controle de exportações, as medidas *antidumping*, as medidas compensatórias, entre outras que foram inseridas, justamente no período em que os países menos desenvolvidos se viram fortemente pressionados pelas grandes potências, por meio de organismos internacionais como o GATT e posteriormente a OMC a realizar um amplo processo de liberalização de seu comércio externo, acompanhado de políticas econômicas liberalizantes.

Durante o período referido, as importações totais dos países do Mercosul mantiveram-se constantes, como resultado da redução de -0,8% a.a., das importações extrabloco e o incremento de 4,5% a.a., nas importações dentro da região e as exportações totais acompanharam o crescimento do comércio mundial, crescendo 6,4% a.a., devido o desempenho das exportações extra-região (crescimento de 6,9% a.a. contra apenas 2,3% a.a. das intra-regionais).<sup>66</sup> No entanto, nos anos 90, segundo Sarti (2001), tanto no que tange a transição período correspondente à 1991-94, quanto na consolidação da integração do Mercosul período de 1995-98/99, o dinamismo do intercâmbio comercial do Brasil com os países membros do bloco superou o do mercado internacional.<sup>67</sup> As tabelas e o gráfico abaixo ilustram esse dinamismo do intercâmbio comercial.

---

<sup>65</sup> Fonte: [www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br), acessado em 28/10/2004

<sup>66</sup> Sartir, Fernando "Internacionalização comercial e produtiva no Mercosul nos anos 90". Tese de Doutorado em Economia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2001, pág. 126

<sup>67</sup> Op.cit, idem, pág. 123

Tabela 3.1.1- Mundo e Mercosul - Taxa Média Anual de Crescimento do Comércio

Países por grau de Desenvolvimento		Em (%)		
		Dec 90	1991-94	1995-98
<b>Mundo</b>	Exp.	5,1	5,3	6,3
	Imp.	5,0	4,8	6,4
<b>Países Desenvolvidos</b>	Exp.	4,5	4,3	5,9
	Imp.	4,2	3,0	6,4
<b>Países em Desenvolvimento</b>	Exp.	7,3	9,6	7,0
	Imp.	7,7	12,0	5,6
<b>Mercosul</b>	<b>Exp.</b>	<b>6,3</b>	<b>7,5</b>	<b>6,7</b>
	<b>Imp.</b>	<b>14,9</b>	<b>20,9</b>	<b>12,9</b>
<b>Argentina</b>	Exp.	8,3	6,1	12,7
	Imp.	25,5	51,6	9,9
<b>Brasil</b>	Exp.	5,6	8,5	4,1
	Imp.	12,3	12,4	15,4
<b>Paraguai</b>	Exp.	1,0	-3,9	6,5
	Imp.	9,3	15,1	6,2
<b>Uruguai</b>	Exp.	6,0	3,1	10,6
	Imp.	12,3	20,0	8,1

Fonte: UNCTAD. Elaboração NEIT/IE/UNICAMP.

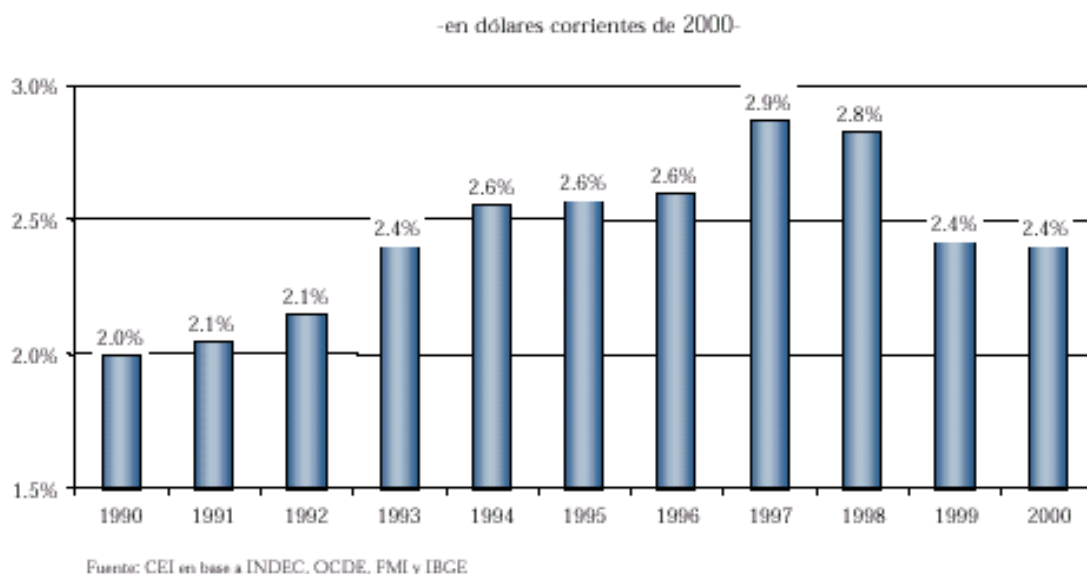
Fonte: Sartir, Fernando "Internacionalização comercial e produtiva no Mercosul nos anos 90". Tese de Doutorado em Economia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2001, pág.125.

Tabela 3.1.2 - Intercâmbio do Comércio do Brasil com os Países do Mercosul

Anos	Argentina			Paraguai			Uruguai			Total		
	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo
1994	4.136	3.662	474	1.054	352	702	732	569	163	5.922	4.583	1.339
1995	4.041	5.591	-1.550	1.301	515	786	812	738	74	6.154	6.844	-690
1996	5.170	6.805	-1.635	1.325	552	773	811	944	-133	7.306	8.301	-995
1997	6.770	7.941	-1.171	1.407	517	890	870	967	-97	9.047	9.425	-378
1998	6.748	8.034	-1.286	1.249	351	898	881	1.042	-161	8.878	9.427	-549
1999	5.364	5.812	-448	744	260	484	670	647	23	6.778	6.719	59
2000	6.233	6.843	-610	832	351	481	669	601	68	7.734	7.795	-61
2001	5.002	6.206	-1.204	720	300	420	641	503	138	6.363	7.009	-646
2002 (até set)	1.639	3.578	-1.939	422	279	143	302	360	-58	2.363	4.217	-1.854

Fonte: [www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=280](http://www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=280)

Gráfico 3.1.1 - Intercâmbio Comercial Brasileiro com os Países do Mercosul



Fonte: [www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=280](http://www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=280)

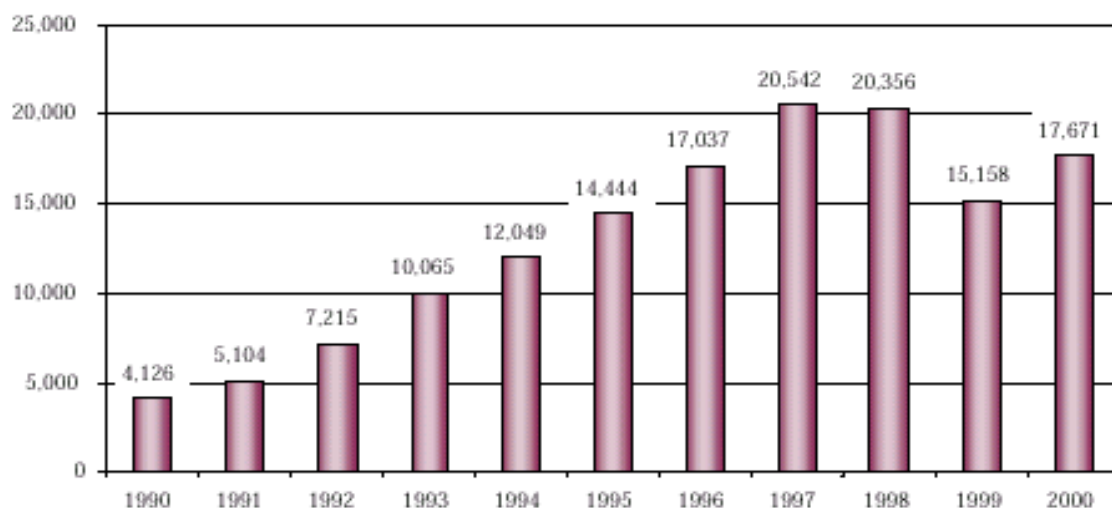
Esse maior dinamismo exportador regional foi atribuído principalmente à evolução do comércio intra-Mercosul, responsável por aproximadamente 20,8% em média do comércio total do bloco nos anos 90. Em questão de valor, o aumento do intercâmbio comercial intra-Mercosul foi bastante significativo, em média 20.5% a.a., superando em muito o crescimento do intercâmbio do bloco com o resto do mundo, de alguns outros blocos comerciais e do próprio comércio mundial.<sup>68</sup>

Destaca-se que o intercâmbio intra-Mercosul, apresentou um crescimento referente a US\$ 5,1 bilhões em 1991 para cerca de US\$ 17,6 bilhões em 2000. E também, as importações dos países do Mercosul provenientes do resto do mundo tiveram um aumento expressivo. Conseqüência de tal fato, a participação do Mercosul no total das importações mundiais triplicou, passando de 29,296 bilhões de dólares em

<sup>68</sup> Op.cit, idem.

1990 a 98,763 bilhões de dólares em 1998.<sup>69</sup> O gráfico abaixo mostra a evolução do comércio intra Mercosul.

Gráfico 3.1.2 - Evolução do comércio Intra Mercosul



Fuente: CEI en base a INDEC, SECEX, Secretaría Administrativa del Mercosur y Banco Central de Uruguay

Fonte: [www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=280](http://www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=280)

Sartir (2001) chama atenção a inserção exportadora argentina que, pela primeira vez nas últimas quatro décadas, apresentou um dinamismo maior que a brasileira, superando também a média mundial e a das demais economias em desenvolvimento, sobretudo no sub-período 1995-98, sob a influência do Mercosul.<sup>70</sup>

Contudo, cabe mencionar que o comércio intra-regional do Mercosul nos anos 90 poderia ter ainda obtido maiores êxitos se não fossem os efeitos gerados pelas crises financeira e cambial iniciada por volta de 1997 nos países da Ásia, como Coréia do Sul, Indonésia, Tailândia, Filipinas e Malásia, e, posteriormente, em 1998, com a moratória Rússia. Isso porque acarretou uma redução na liquidez financeira internacional

<sup>69</sup> Fonte: [www.fae.edu/intelligentia/artigo.asp?lngIdArtigo=1198](http://www.fae.edu/intelligentia/artigo.asp?lngIdArtigo=1198), acessado em 16/10/2004

<sup>70</sup> Op.cit, idem.

essencial no processo de estabilização na economia de países não desenvolvidos como o Brasil.<sup>71</sup>

No referente as exportações extrabloco, embora possua importância em termos de participação na pauta, representando 80% em média no período considerado, apresentaram baixo dinamismo com uma taxa de crescimento média de 4,4% a.a.<sup>72</sup>

Na visão de Sartir (2001) "não se pode afirmar que a participação das parcelas de produtos com maiores valores adicionados no comércio extra-regional tenha diminuído por conta do Mercosul". Entretanto, "as exportações do Mercosul que mais cresceram foram as de média e alta intensidade tecnológica. Afirma-se então, que o acordo vem permitindo que se estabeleça *upgrading* tecnológico a partir de inovações marginais e cumulativas pelo maior intercâmbio regional".<sup>73</sup>

A análise destes dados mostra que os países do Mercosul experimentaram um desenvolvimento no comércio internacional desde a década de 90, tanto em uma perspectiva intra-regional, quanto em uma perspectiva extra-regional. Tais dados refletem que o Mercosul, apesar de ter sido um importante vetor de dinamismo do comércio intra-zonal, não acarretou efeito de desvio de correntes de comércio, pois seu comércio extra-zonal além de obter um expressivo aumento, ainda apresentou uma comovente inversão entre as cifras de importação e as de exportação no período, consequência natural da abertura do mercado do Mercosul em oposição à persistência e agravamento das tendências protecionistas nos mercados desenvolvidos.<sup>74</sup>

A importância do Mercosul no caso do Brasil, enquanto mercado de destino das exportações e de origem das importações, a pauta de comércio manteve-se bem distribuída por região, no que refere-se a participação crescente das compras e vendas regionais. Sartir (2001) enfoca que para o país, o bloco representava 4,2% do valor exportado e 11,2% do valor importado em 1990, crescendo para 17,3% e 16,3%,

---

<sup>71</sup> Op.cit, idem.

<sup>72</sup> Op.cit, idem, acessado em 16/10/2004

<sup>73</sup> Op.cit, idem, pág. 127

<sup>74</sup> Fonte: [www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=280](http://www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=280), acessado em 02/11/2004

respectivamente em 1998, e reduzindo-se para 14,1% e 13,6%, respectivamente, em 1999, devido à crise argentina.<sup>75</sup>

Quanto a taxa de crescimento dos fluxos de importações da região durante o período de 1990-98, Sartir (2001) ressalta que foi o dobro em comparação com a média mundial (15.6% a.a. contra 6.5% a.a.). Um argumento que poderia condicionar este crescimento seria imputá-lo ao dinamismo das importações intrabloco. O autor realça que embora o dinamismo intrabloco seja inquestionável (as importações intrabloco cresceram 20,4% a.a.), enfatiza-se que essas importações exibiram em média apenas 18,4% do total importado. E ainda, o dinamismo do setor importador foi acarretado também pela crescente abertura comercial com o resto do mundo, já que as importações extrabloco cresceram 14,6% a.a., representando 81,6% do total importado pelo bloco e superando em muito o crescimento das importações mundiais (6,4% a.a.).<sup>76</sup>

Ainda segundo Sartir (2001), esta tendência pôde ser conferida especialmente nos anos de 1991-94 (17,2% contra 4,8% a.a.) quanto nos anos de 1995-98 (12,0% contra 6,4%). Esse dinamismo das importações extrabloco, e a sua elevada participação no intercâmbio total de comércio do bloco constituem estratégias a favor do regionalismo aberto do Mercosul.<sup>77</sup>

A partir de 1999, com as crises mundiais, a desvalorização cambial do Brasil <sup>78</sup> e as crises internas de cada uma das economias dos países membros do Bloco, principalmente as do Brasil e Argentina, o comércio entre os quatro países do Mercosul apresenta um definhamento. Entretanto, em 2000, observa-se um crescimento de 6

---

<sup>75</sup> Sartir, Fernando "Internacionalização comercial e produtiva no Mercosul nos anos 90". Tese de Doutorado em Economia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2001, pág. 124

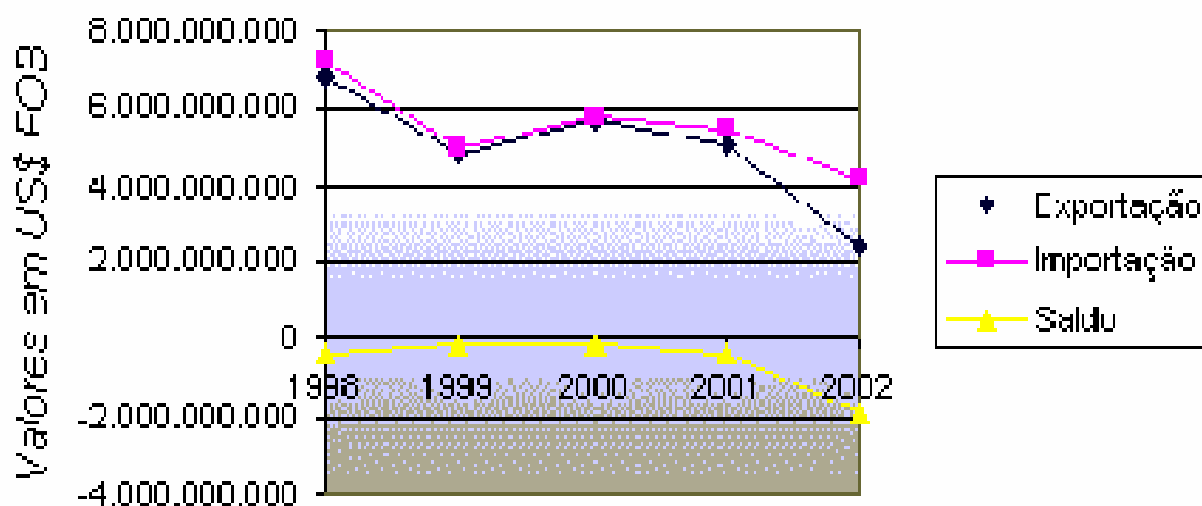
<sup>76</sup> Op.cit, idem, pág. 125

<sup>77</sup> Op.cit, idem.

<sup>78</sup> A flutuação cambial sofrida pelo Brasil apresentou um elemento novo e de grande relevância nas relações econômicas entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com conseqüências potencialmente amplas sobre os fluxos comerciais. Com isso, as relações comerciais entre Brasil e Argentina foram sendo profundamente enfraquecidas por uma escalada protecionista que se fundamenta, segundo determinados segmentos produtivos da Argentina, em razão dos danos que a desvalorização do real pode incitar à indústria daquele país.

bilhões caindo novamente a partir do ano de 2001/2002, como pode ser notado no gráfico abaixo. Embora sofrendo reflexos diretos das crises nacionais e internacionais, o volume comercial é significativo.<sup>79</sup>

Gráfico 3.1.3 - Saldo Comercial Brasil-Mercosul



Fonte: [www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=280](http://www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=280)

Na seqüência, a Argentina entrou em crise, conseqüência, em parte, da desvalorização cambial do Brasil, porém a principal razão é atribuída à manutenção de uma taxa de câmbio fixa, quando as economias dos principais países do mundo estavam se ajustando aos novos tempos.<sup>80</sup> Tal crise não pôde deixar de refletir no contexto do Mercosul, devido assimetrias entre os quatro membros.

Como não poderia deixar de mencionar, a partir do ano de 2000 as exportações do Mercosul apresentaram uma queda referente ao comércio intra-regional. Observou-se que com a Argentina obteve-se um resultado correspondente a -19.74%, com o Paraguai -13.42 e com o Uruguai -4.12%. As importações também seguiram uma

<sup>79</sup> Fonte: [www.fae.edu/intelligentia/artigo.asp?IngIdArtigo=1198](http://www.fae.edu/intelligentia/artigo.asp?IngIdArtigo=1198), acessado em 02/11/2004

<sup>80</sup> A crise da Argentina justifica-se pelo seu próprio modelo de desenvolvimento econômico, político e social interno e por sua incapacidade de se ajustar às transformações da economia mundial, em permanente mudança.



tendência de retração, as compras brasileiras decorrentes da Argentina caíram -9.27%, do Paraguai -14.57 % Uruguai -16.39%.<sup>81</sup>

Entretanto, ressalta-se que no ano de 2001 pôde-se observar um aumento das exportações do Mercosul sobre o total mundial de 5.4%. Cabe destacar que o Brasil foi o país que teve o maior incremento 6.9%, seguido pelo Paraguai 5.9%, Argentina 3.4% e Uruguai -9.5%.<sup>82</sup>

De acordo com dados da CEPAL (2003/2004), o principal propulsor do crescimento da América Latina foram as exportações. Dado o comportamento pouco dinâmico de absorção interna e em especial, do consumo privado, espera-se que para este ano de 2004, como nos últimos anos, as exportações voltem a contribuir consideravelmente para o crescimento da região, o que de fato inclui o crescimento dos países do Mercosul. Estima-se que o consumo comece a se recuperar no decorrer do ano, aumentando o nível das atividades econômicas, acarretando melhoras no que se refere ao intercâmbio entre os países, propiciando um crescimento de 4,5% para o PIB da América Latina.<sup>83</sup>

Ainda segundo informações da CEPAL (2003/2004), a recuperação das economias da América Latina, incitada a partir de 2002, é generalizada e alcança quase todos os países. De acordo com *el Balance preliminar de las economias de América Latina y Caribe*, publicado em dezembro do ano passado (2003), os principais estímulos causadores de tal recuperação são as favoráveis condições características do cenário internacional que a região vem enfrentando desde algum tempo: a diminuição das matérias-primas, o aumento dos preços dos produtos básicos, o crescimento das exportações dos EUA e outros importantes mercados.<sup>84</sup>

Contudo, não se pode deixar de reconhecer que se a região está sabendo aproveitar este contexto externo favorável, é em grande medida, graças a um marco de

---

<sup>81</sup> Fonte: Op.cit, idem, acessado em 02/11/2004

<sup>82</sup> Fonte: [www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=280](http://www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=280), acessado em 02/11/2004

<sup>83</sup> Estudio económico de América Latina y el Caribe, CEPAL, 2003/2004, pág.13

<sup>84</sup> Op.cit, idem

políticas econômicas internas caracterizadas por um maior controle fiscal e monetário e por tipos de câmbio mais competitivos.

Novamente numa perspectiva da CEPAL (2003/2004), Em 2003 a atividade econômica mundial se fortaleceu, especialmente na segunda metade do ano. O PIB mundial cresceu aproximadamente 2,7% , enquanto que o comércio global obteve um aumento de 5,8%, mais que o dobro do ano precedente. O impulso evidenciado à atividade comercial na segunda metade de 2003 e que tem se prolongado em 2004, permite prevê-se um crescimento do PIB mundial em torno de 3,8% para esse ano, valor muito superior aos que predominaram desde 2001. O crescimento do comércio, que vem recuperando o dinamismo exibido antes da recessão, pode-se situar em torno de 7% em 2004, uma estimulação que reflete o comportamento de muitos países e a recuperação da demanda externa, com um forte componente de expansão dos volumes de exportação e o aumento dos preços, que também tem sido significativo, em particular dos produtos básicos.<sup>85</sup>

Concordando com dados da CEPAL, nesse ano de 2004 a orientação da política comercial latino americana tenderá a ser similar a do ano passado, caracterizada por um predomínio de preocupação com a estabilidade de preços e a contenção do incremento da dívida pública.<sup>86</sup>

O fraco desempenho econômico das economias do Mercosul, em razão da crise da dívida externa dos anos 80, que durou até o início dos anos 90, limitou o processo de acumulação de capital e de internacionalização produtiva de empresas locais. Assim, a entrada dos países do Mercosul nos fluxos econômicos internacionais nos anos 80 limitou-se à área comercial e, em particular, apenas o setor exportador brasileiro apresentou algum dinamismo.<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> Estúdio econômico de América Latina y el Caribe, CEPAL, 2003/2004, pág 27

<sup>86</sup> Op.cit, idem., pág..25.

<sup>87</sup> Sartir, Fernando "Internacionalização comercial e produtiva no Mercosul nos anos 90". Tese de Doutorado em Economia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2001, pág. 164.

Segundo Chaloult e Almeida (1999) a agenda da integração do Mercosul durante os primeiros anos de sua vigência concentrou-se em temas comerciais, passando a ampliar-se se irradiando aos setores político e social paralelamente à consolidação da união aduaneira. A participação social não deve ser entendida como restringida apenas a aspectos do processo negociador em suas distintas etapas, nem apenas como fator de legitimação de políticas, ou como componente subsidiário das ações e decisões diplomáticas, para Chaloult e Almeida (1999) a participação social identifica-se, antes, com a articulação de interesses de agentes sociais em diferentes domínios, ultrapassando os campos econômico e comercial.<sup>88</sup>

Sartir (2001) procurou demonstrar também a importância do Mercosul para a atração de fluxo de investimento direto externo – IDE para a região e para a atuação de filiais de empresas estrangeiras nos países membros, fato esse, que delineia um novo padrão de competitividade em nível internacional.

De acordo com Almeida (1997) os fluxos e estoques de IDE globais na última década apresentaram algumas tendências importantes. Dentre tais, enfatiza-se que, até os anos 80 a maioria dos IDE ocorriam entre os países desenvolvidos, tendo por objeto a aquisição e a fusão de empresas já existentes, tratando-se assim, de uma mudança de propriedade do capital e não de uma criação de novos meios de produção.<sup>89</sup>

No entanto, Sartir (2001) relata que a partir da década de 80, as taxas de crescimento dos fluxos de IDE superaram as dos fluxos de comércio internacional que, por sua vez, superaram as do crescimento do produto mundial, consolidando um novo padrão de internacionalização das economias. E ainda, no que tange à destinação desses fluxos de IDE, o setor de serviços comportou-se na década de 90 como o maior receptor desses fluxos, em detrimento do setor industrial. Uma outra tendência observada nos fluxos globais de IDE foi a preponderância das operações de aquisição e fusão – A&F além do que se diz respeito às assimetrias no grau de

---

<sup>88</sup> Almeida, Paulo Roberto; Yves Chaloult, org. "Mercosul, NAFTA e ALCA: a dimensão social". São Paulo: editora Ltda, 1999, pág. 70.

<sup>89</sup> Almeida, Antônio José org. "Mercosul: Integração e Impacto socioeconômico" Petrópolis, RJ: edit. Vozes, 1997, pág. 31.

internacionalização das empresas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, quando se consideram os fluxos de IDE recebidos e enviados.<sup>90</sup>

O crescimento do IDE no Mercosul, durante os anos 90, seguiu essas mesmas tendências internacionais, configurando-se na principal característica do processo de internacionalização produtiva das economias da Argentina e do Brasil.

Destaca-se que, a região transformou-se em uma das principais regiões receptoras de IDE durante essa época. Sua participação nos fluxos globais, por volta de 4% e 5%, superou em muito sua participação no PIB mundial, que correspondia aproximadamente 3%, ou nos fluxos de comércio, cerca de 1%. Na segunda metade da década por volta de 1995-98, o Brasil absorveu 70% dos fluxos de IDE destinados ao Mercosul e 40% de todo o fluxo de IDE para a América Latina.<sup>91</sup>

O Mercosul foi responsável por quatro em cada dez dólares investidos na América Latina e por um em cada seis dólares investidos nos países em desenvolvimento no período de 1995-98, o que acarretou em uma forte desnacionalização de sua base produtiva e a seguiu como um espaço privilegiado de atuação de filiais de empresas estrangeiras.<sup>92</sup>

Cabe mencionar que, o elevado estoque acumulado de IDE oriundo de países extra-bloco, bem como seu veemente fluxo nos anos 90, em particular quando comparados aos fluxos recebidos por outros países em desenvolvimento, são indicadores de maior grau de abertura e de internacionalização das economias do Mercosul durante esse período. Portanto, não apenas na área comercial, mas também na produtiva, o Mercosul destacou-se por consistir em um processo de integração regional aberto com crescentes relações econômicas extrabloco.

É importante colocar, tendo como referência Sartir (2001), que esse intenso fluxo resultou em impactos sobre o padrão de especialização e de complementaridade da produção nacional e regional sobre os fluxos intra e extra-regionais de comércio e sobre

---

<sup>90</sup> Op.cit, idem., pág. 159.

<sup>91</sup> Op.cit, idem., pág. 165.

<sup>92</sup> Op.cit, idem.

a propriedade do capital. Em uma ótica macroeconômica, o ingresso de IDE acompanhado do investimento estrangeiro desempenham um novo padrão de financiamento do Balanço de Pagamentos, menos dependente dos fluxos de financiamento e de empréstimos.<sup>93</sup>

Já no que tange a política industrial, importa destacar a existência de desigualdades nas estruturas produtivas dos países membros. Para Almeida (1997), o Brasil oferece um grande potencial industrial, inclusive, competitivo internacionalmente em alguns setores de ponta, a Argentina defronta-se com problemas de desindustrialização, o Uruguai possui uma economia subordinada ao setor agropecuário e o Paraguai tem uma economia predominantemente agrária e uma política exterior mais aberta do que os outros países.<sup>94</sup>

É importante ressaltar que as diferenças nos níveis de desenvolvimento econômico e social entre países com graus de industrialização diferentes têm gerado dificuldades para a aceleração do ritmo do processo de integração. O tratamento das assimetrias entre os membros do Mercosul vem sendo um tema recorrente nas discussões sobre a consolidação do Bloco. Após uma década de integração formal, os governos dos países membros renovaram seu interesse nas questões relacionadas ao tamanho e nível de desenvolvimento dos sócios, as quais constituem um impedimento para que sejam alcançados os objetivos comuns, e que necessitam respostas efetivas.

Uma maneira para se enfrentar as assimetrias de tamanho e riqueza coincide com o aprofundamento do mercado comum e a criação de um sistema de incentivos fiscais e de crédito que favoreça os países menores e as regiões economicamente deficientes. O tratamento especial e diferenciado gerado pelas políticas comerciais deveria apontar para uma maior e melhor integração no mercado único por meio da expansão dos fluxos de comércio, em vez de contribuir lançando mão de medidas restritivas à marginalização das economias menores, o que acaba refletindo em um impacto sob todo o Bloco.

---

<sup>93</sup> Op.cit, idem, pág. 164.

<sup>94</sup> Almeida, Antônio José org. "Mercosul: Integração e Impacto socioeconômico" Petrópolis, RJ: edit. Vozes, 1997, pág. 84.

No entanto, de acordo com Cintra e Cardim (2002) a liberação comercial, qualquer que tenham sido sua amplitude e distribuição entre os parceiros é vista como positiva, pois conduz a uma alocação ótima de recursos e uma utilização mais eficiente da dotação em fatores.

Porém, em uma análise do perfil industrial do Mercosul com os demais países do mundo, observa-se níveis aceitáveis de competitividade internacional nos setores de automóveis, siderurgia, papel e celulose, têxteis e calçados. Segundo Silva, o Mercosul ainda se destaca como um dos principais importadores de produtos de equipamentos para telecomunicações, eletrônica, informática, automação industrial, petroquímica, farmacoquímica, máquinas agrícolas e bens de capital para o setor elétrico.<sup>95</sup>

É importante colocar que o Brasil é o principal responsável pela projeção do Mercosul no *ranking* mundial em níveis de competitividade industrial.

Muito embora tenha sido registrado um declínio no comércio do Mercosul durante esses últimos anos, deve-se também se atentar, de acordo com Pereira,<sup>96</sup> ao fato da importância que a integração representa para os países membros principalmente no que se diz respeito a potencialização do poder de negociação. Por exemplo, ao integrar-se ao Bloco, o Brasil ganhou peso nas negociações internacionais, já que passou a negociar não mais individualmente, mas como bloco diante de outros blocos econômicos, permitindo com isso, um considerável aumento no poder de barganha dos quatro países em escala mundial, com maiores chances de participação na economia mundial, além de favorecer um aumento no interesse para investimentos externos, o que propicia o desenvolvimento da economia interna de cada país.

O Protocolo de Ouro Preto conferiu ao Mercosul personalidade jurídica de direito internacional, firmando, portanto, a prática até então observada de negociar com terceiros países ou com grupos de países, como no caso da União Européia ou no

---

<sup>95</sup> Silva, Hebe Teixeira Romano Pereira. "O que o Brasil precisa saber sobre o Mercosul". Brasília: Brasília Jurídica, 1999, pág 78.

<sup>96</sup> Pereira, Antônio Salazar P. Brandão Lia Valls, orgs. "Mercosul: perspectivas da integração". Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, pág.75

âmbito da Alca.<sup>97</sup> Nessa perspectiva enquadra-se ainda, a definição dos critérios de base para a negociação de acordos de livre-comércio, processo esse, iniciado com o Chile e a Bolívia e estendido progressivamente a outros países ou grupos de países como a CAN, o México e a África do Sul.

Graças ao aumento da capacidade de negociação dos países associados, ressalta-se que o Mercosul vem despertando um grande interesse mundial para as oportunidades que se abrem nesse mercado. A exemplo disso, tem-se notado uma crescente ampliação das relações internacionais do Bloco, em dezembro de 1994, na reunião de cúpula de Miami, o presidente Clinton retomou a proposta de instituição de uma zona hemisférica de livre comércio que receberia o nome de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O Brasil resguardou a futura convergência e cooperação entre os diversos projetos de integração existentes, rebatendo a possibilidade de acordos bilaterais com os Estados Unidos. Além disso, tratou de assegurar que isso não deveria implicar a exclusão de contratos e acordos com outras áreas, como a União Européia.<sup>98</sup>

O Bloco iniciou negociações com a União Européia que culminaram com a assinatura do primeiro acordo interblocos econômicos, o Acordo Marco Inter-regional de Cooperação União Européia - Mercosul, assinado em Madrid em dezembro de 1995.<sup>99</sup> Confere-se que as relações entre o Mercosul e a União Européia, sem dúvida, impulsionaram uma difícil cooperação anteriormente existente entre a América Latina e a Europa.<sup>100</sup>

Cintra e Cardim mencionam que tais acordos comerciais tendem a trazer muitos benefícios para o Mercosul, como por exemplo, o aumento da capacidade de produção

<sup>97</sup> Fonte: [www.colproba.org.ar/mercosur/47.asp](http://www.colproba.org.ar/mercosur/47.asp), acessado em 29/10/2004

<sup>98</sup> Fonte: [www.educaterra.terra.com.br/vizentini/livro/livro\\_02.htm](http://www.educaterra.terra.com.br/vizentini/livro/livro_02.htm), acessado em 02/11/2004

<sup>99</sup> Fonte: [www.educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo\\_33.htm](http://www.educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_33.htm), acessado em 02/11/2004

<sup>100</sup> Vale lembrar aqui, que a teoria mercantilista pode ser observada nas negociações, já que os países desenvolvidos tendem a corromperem certos países em desenvolvimento em troca de alguma ajuda "Humanitária ou Financeira" para apoiar o protecionismo ou a manutenção de subsídios contra os países emergentes, como é o caso do Brasil.

do bloco por meio da especialização. Ou ainda, a sua credibilidade externa no plano mundial.<sup>101</sup>

Contudo, o Mercosul vem seguindo essa tendência abrangente de cooperação política e econômica para ampliar a presença dos seus países membros no âmbito internacional, abrindo suas economias interna e externamente, bem como aumentando a competitividade da região nos mercados globais. Até porque um país em desenvolvimento como é o caso do Brasil tende a se beneficiar mantendo abertas e livres de obstáculos todas as suas relações com o mundo.

Pode-se então afirmar que o Mercosul consta em uma estratégia propícia para a política econômica e comercial brasileira no âmbito das relações internacionais mesmo apresentando desafios a serem superados como, por exemplo, a assimetria existente entre os seus países membros.

A importância do bloco para país é atribuída principalmente pelo fato da integração regional ter outorgado um novo perfil internacional ao Brasil, possibilitando maior inserção e poder de barganha no cenário mundial globalizado. As tendências atuais no Brasil reforçam a percepção de que o país pode ser considerado um dos mais importantes eixos econômicos e comerciais do mundo em desenvolvimento. Esta importância soma-se a crescente percepção de que o Brasil vem assim, tornando-se um ator político de influência, capaz de definir propensões que refletem nas grandes decisões internacionais.

---

<sup>101</sup> Cintra, Marcos; Cardim Carlos Henrique. Org. “Seminário: o Brasil e a ALCA”. Câmara dos Deputados Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI)/FUNAG, Brasília, 2002, pág. 47.



## CONCLUSÃO

Cabe mencionar que como foi apresentado no decorrer deste estudo, o intenso processo de abertura comercial incitado em meados do século XX, propiciou uma clara tendência para a segmentação da economia mundial em blocos regionais, fato este, que vem se consolidando, sobretudo, no contexto do processo de globalização. Nesse sentido, a proposta do Mercosul responde tanto a um esforço de integração econômica que aproxima seus países membros dessa tendência mundial quanto a um projeto de aproximação política no Cone Sul.

Sob o prisma comercial, o Mercosul acarretou uma rápida transformação no comércio entre os seus países membros, com crescimento em taxas de exportação e importação elevadas entre eles na década de 90. Este cenário passou a ser modificado devido crises econômicas que acirraram conflitos comerciais, principalmente entre Brasil e Argentina, os quais concentram a maior parte dos fluxos comerciais do Bloco.

Assim, mais do que fluxos de comércio, o Mercosul vem procurando garantir a ampla inserção das economias regionais no progresso por meio de políticas conjuntas interblocos e de desenvolvimento, o que de fato, não quer dizer que o potencial de crescimento do comércio do Bloco se esgotou, apenas confirma a vocação do Mercosul em ultrapassar seus meros efeitos comerciais ou derivações econômicas no sentido de firmar-se como pólo de desenvolvimento na América do Sul, objetivo este, implícito no Tratado de Assunção.

O Mercosul agregou uma nova dimensão à realidade internacional de seus participantes, aumentando a capacidade de negociação dos países membros e estimulando o interesse mundial para as oportunidades que se abrem nesse mercado globalizado, proporcionando uma força que favorece laços mais fortes na América do Sul, em todas as áreas, especialmente, na área comercial. A integração ao Bloco permitiu aos seus países associados uma aproximação tanto com a União Européia quanto com os EUA, possibilitando acordos interblocos, projetando a abertura das

economias dos países participantes no âmbito internacional, aumentando com isso, a competitividade da região nos mercados globais.

O Mercosul ainda acarretou para a região uma crescente participação do capital estrangeiro nos anos 90, tanto na produção doméstica, nas vendas e compras internas e externas, na propriedade de ativos e na formação bruta de capital fixo e, no caso brasileiro, uma relativa convergência para a estrutura de estoque de IDE dos países avançados.

O Bloco foi decisivo para o processo de internacionalização produtiva e não apenas de inserção comercial. As perspectivas e avanços na direção da criação de um mercado regional comum, representando ampliação dos mercados nacionais e menores por meio dos fluxos comerciais dentro da região, foram fatores importantes de atração de IDE, seja por parte das empresas já atuantes na região, seja por parte de novas entrantes. Assim, o Brasil enquadrou-se entre as principais economias em desenvolvimento receptoras de IDE nos anos 90.

Ressalta-se que o crescente volume de IDE representou transformações qualitativas e quantitativas importantes em termos das estratégias e modo de atuação das empresas estrangeiras na região. Cabe destacar que a maior internacionalização produtiva foi favorecida e também aprofundou a abertura econômica e financeira e os fluxos comerciais, permitindo um novo padrão de crescimento das economias internas.

Atualmente, a maior preocupação do bloco é resolver o impasse criado pela adoção de medidas de proteção à indústria na Argentina. Políticas como esta adotada pela Argentina dar-se, sobretudo, devido as assimetrias econômicas existentes entre os países membros.

No entanto, enfatiza-se que o Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, tem insistido na importância política do Mercosul e vem pautando sua gestão com ações concretas para o fortalecimento do processo de integração. O governo conduziu a atuação do Mercosul, em 2003, com base nos princípios de flexibilidade e tratamento de assimetrias existentes entre os Estados Partes, o que de fato, vem sendo

um desafio para o bloco, com vistas a acelerar a negociação e a conclusão de importantes instrumentos normativos, nos campos econômico, comercial e social. O principal objetivo do Mercosul que este ano completa dez anos é ampliar as relações comerciais entre os países.

Conclui-se, portanto, que o Mercosul pode continuar a acumular sucessos no terreno econômico e outros tantos logros no campo político, assim como frustrações relativas a ambas frentes. Contudo, deve-se reconhecer que a integração do bloco se constitui em uma política favorável e indispensável para as relações internacionais brasileiras. Nota-se que desde sua criação, o Mercosul vem consolidando seu funcionamento e atingindo significativos resultados em termos de seus objetivos, contribuindo para a criação de um clima receptivo de expansão comercial, constituindo-se em uma estratégia conjunta para enfrentar as restrições nos mercados dos países desenvolvidos e a tendência mundial à globalização e integração regional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA**, Antônio José org. *Mercosul: Integração e Impacto socioeconômico*. Petrópolis, RJ: edit. Vozes, 1997.
- ALMEIDA**, Paulo Roberto; **YVES** Chaloult, org. *Mercosul, NAFTA e ALCA: a dimensão social*. São Paulo: editora Ltda, 1999.
- BALASSA**, Bela. *Teoria da Integração Econômica*. Livraria Clássica. Editora Lisboa, 1961.
- BAUMANN**, Renato. *Mercosul: Avanços e Desafios da Integração*. Brasília :IPEA, 2001.
- CALDAS**, Ricardo W.; **AMARAL**, Carlos Alberto A. *Introdução à Globalização*. São Paulo, 1998.
- CINTRA**, Marcos; **CARDIM** Carlos Henrique. Org. *Seminário: o Brasil e a ALCA*. Câmara dos Deputados Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI)/FUNAG, Brasília, 2002.
- DOLAN**, M. *Global Economic Transformation and Less Developed Countries*. 1993
- FLORÊNCIO**, Sérgio Abreu; **ARAÚJO**, Ernesto Henrique. *Mercosul Hoje*. São Paulo: editora Alfa Omega. 1998.
- FOSCHETE**, Mozart. *Relações Econômicas Internacionais*. São Paulo: editora Aduaneiras Ltda, 2001.
- MAIA** Jayme de Mariz. *Economia Internacional e Comércio Exterior*. São Paulo: editora Atlas S. <sup>a</sup>, 1999. 5ª edição.
- MARINHO**, Mônica Romero Monteiro; **PIRES**, Jovelino de Gomes. *Comércio Exterior: Teoria X Prática no Brasil*. São Paulo: Aduaneiras, 2002.
- MELO**, Leonel I. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Scipione, 1993.
- MOLINA**, Z. L; **TRINCA**, D. *Globalização da Economia: verdadeira panacéia universal ou velha ficção para uma nova era?*. 1993.
- PEREIRA**, Antônio Salazar P. Brandão Lia Valls, orgs. *Mercosul: perspectivas da integração*. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SALVATORE**, Dominick. *Economia Internacional*. Rio de Janeiro: Copyright, 1998.
- SANDRONI**, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: editora Best Seller, 1999.
- SARTIR**, Fernando “Internacionalização comercial e produtiva no Mercosul nos anos 90”. Tese de Doutorado em Economia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- SILVA**, Hebe Teixeira Romano Pereira da. *O que o Brasil precisa saber sobre o Mercosul*. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.
- SOARES**, Cláudio César. *Introdução ao Comércio Exterior: Fundamentos Teóricos do Comércio Internacional*. São Paulo: editora Saraiva, 2004.
- SOUZA**, Cláudio Luiz Gonçalves de. *A Teoria Geral do Comércio Exterior: aspectos jurídicos e operacionais*. Belo Horizonte: editora Líder, 2003.
- TORRES**, Igor G. *Comércio Internacional no século XXI*. São Paulo: Aduaneiras, 2000.



